

COPA 2014

**TODO MUNDO
DE OLHO
NO BRASIL**

Milhões nos estádios e bilhões em frente à TV vão avaliar desempenho do país dentro e fora do campo. Senado fiscalizou projetos, obras e gastos

REDISCUSSÃO

**Prioridade na adoção a
criança com deficiência**

PRÓXIMA EDIÇÃO

**Os resultados da CPI da
Espionagem Cibernética**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos
Projetos de lei do Senado

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania



O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no Portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles.

É o Senado Federal cada vez mais próximo
e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Aos leitores

Em 2007, o Brasil assumiu o compromisso de sediar a Copa do Mundo de 2014, desejo de muitos países. Após 64 anos, o país terá a oportunidade, novamente no Maracanã, de ganhar o título que perdeu em 1950, traumatizando a nação.

Porém, de lá para cá, o entusiasmo de trazer para casa o evento mais importante do esporte mais popular no país passou a conviver com a rejeição aos gastos públicos feitos com estádios e outras obras para o Mundial, o que ficou claro nas manifestações registradas nas maiores cidades brasileiras em junho de 2013.

Às vésperas do jogo de abertura, a população está dividida. Pesquisa do DataSenado realizada a pedido de **Em Discussão!** mostra que os percentuais da população que aprovam ou desaprovam a Copa no Brasil são praticamente iguais. Mas a grande maioria acredita que o dinheiro usado teria melhor destino na saúde, na educação ou na segurança públicas.

Responsável pela fiscalização das contas públicas federais, o Congresso, com o apoio do Tribunal de Contas da União (TCU), acompanhou desde o início os planos e as obras para dar transparência aos gastos, sem provocar atrasos. Ainda que mudanças nos prazos e nos orçamentos tenham acontecido, os mecanismos de controle avançaram se comparados, por exemplo, com os dos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando os gastos finais foram dez vezes maiores que a previsão inicial.

Antes de se aposentar, o ministro-relator das obras da Copa no TCU, Val-

mir Campelo, disse a **Em Discussão!** que falhas nos projetos e no planejamento de obras públicas são conhecidas e só ficaram mais visíveis com a Copa do Mundo. Diante dessa constatação, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, falando à revista, resumiu a expectativa do governo com o evento: "A preocupação é que o Brasil se mostre como um país capaz de organizar esse grande evento, que vai ser assistido por 40 bilhões de pessoas".

Em outras palavras, mesmo com as falhas observadas e repercutidas à exaustão pela mídia, a Copa deve ser vista como uma oportunidade ou um processo do qual o país pode — e deve — se beneficiar no curto, médio e longo prazos. As tão reclamadas obras de mobilidade urbana ou nos aeroportos que não ficarem prontas para o evento, por exemplo, não deixarão de ser concluídas. Sem a Copa, analistas e 86% dos entrevistados pelo DataSenado acreditam que as reformas dos aeroportos, por exemplo, não sairiam do papel.

Durante a preparação para o Mundial, o país teve a oportunidade de conviver com seus problemas, especialmente na administração pública, e com as suas virtudes, como ficou evidente na recepção e na festa feitas pelos brasileiros durante a Copa das Confederações, em 2013. Ir ao encontro de seus limites e potenciais pode, afinal, ser um dos maiores legados deixados pela Copa de 2014 para o Brasil.

Boa leitura!

JOÃO CARLOS TEIXEIRA
EDITOR-CHEFE



SUMÁRIO

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval e Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Expediente

Secretaria de
Comunicação Social

SENADO
FEDERAL



Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

A revista **Em Discussão!** é editada pela
Coordenação Jornal do Senado

Coordenador: Flávio Faria
Editor-chefe: João Carlos Teixeira
Editores: Joseana Paganine, Ricardo Westin e Sylvio Guedes
Reportagem: João Carlos Teixeira, Joseana Paganine, Ricardo Westin e Sylvio Guedes
Capa e página 3: Arte de Bruno Bazílio sobre fotos de Alexandre Macieira/Riotur
Diagramação: Bruno Bazílio e Priscilla Paz
Arte: Bruno Bazílio, Cássio Sales Costa, Diego Jimenez e Priscilla Paz
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Pesquisa de fotos: Bárbara Batista, Braz Félix e Leonardo Sá
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Circulação e atendimento ao leitor:
Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tiragem: 3.500 exemplares

Site: www.senado.leg.br/emdiscussao
E-mail: emdiscussao@senado.leg.br
Twitter: @jornaldosenado
www.facebook.com/jornaldosenado
Tel.: 0800 612211
Praça dos Três Poderes, Anexo 1 do
Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

A reprodução do conteúdo é permitida,
desde que citada a fonte.

Impresso pela Secretaria de
Editoração e Publicações (Seep)

O Senado e a Copa

CRYSTIAN CRUZ



Oportunidade será aproveitada? 6

DataSenado: população está dividida sobre o evento 11

Problemas do século 21 se assemelham aos
vivenciados na primeira Copa no país 14



FABIO LIMA/PORTAL DA COPA

Os gastos

Atrasos e aumento de custos nas obras programadas 18

As arenas modernas da Copa custaram
mais que em outros países 23

Setor aéreo terá capacidade
ampliada e seguirá em obras 27

Projetos de mobilidade foram
reduzidos ou cancelados 30

Após o evento, Brasil espera receber
mais turistas estrangeiros 35



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

As leis

Lei Geral da Copa, com exigências da Fifa, ainda é alvo de críticas 40

Milionária isenção de impostos beneficiou estádios 44

Criada para o Mundial, licitação ágil já serve para outras obras 47

Empréstimos para a Copa não entraram em limite da dívida 49

Nova lei antiterror não será usada para manifestações 50

Rediscussão

Adoção dará prioridade a crianças com deficiência 52

Próxima edição

CPI da Espionagem: entre a privacidade e a soberania 53

Saiba mais 54



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

Veja e ouça mais em:

A tramitação dos projetos pode ser acompanhada no site do Senado: www.senado.leg.br





Chance de **ouro**

Este ano o Brasil une a paixão pelo futebol à responsabilidade de receber turistas e 32 seleções e realizar o evento da Fifa, que será acompanhado por bilhões de pessoas. Porém, estimativas de gastos falhas, atrasos e reação popular em 2013 deixam dúvidas sobre o legado da Copa para o país

RICARDO WESTIN

Em 2007, quando o presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa), Joseph Blatter, abriu o envelope e mostrou ao mundo o nome do país que sediaria a Copa de 2014, os brasileiros ganharam duas oportunidades excepcionais. A primeira — e mais óbvia — é a chance de se tornarem campeões mundiais jogando dentro de casa. Para o “país do futebol”, isso seria a glória. A segunda oportunidade está fora dos gramados. Para atender a exigência feita pela Fifa de que o Mundial ocorra sem percalços e seja exemplar, o Brasil viu que precisaria investir pesado na modernização da infraestrutura nacional.

Os aeroportos brasileiros estavam à beira do colapso, em razão do grande crescimento do número de passageiros. Como as 12 cidades da Copa estão muito distantes umas das outras — de Porto Alegre a Natal, do Rio de Janeiro a Manaus —, as seleções e os torcedores terão de se deslocar pelo país em avião, aumentando o risco de falhas e atrasos. Por causa disso, o governo decidiu que os principais aeroportos seriam ampliados. Quando estiver pronto, o Aeroporto de Brasília, por exemplo,

um dos pontos de conexão mais importantes do país, verá a capacidade anual aumentada de 15,4 milhões de passageiros para 21 milhões.

As vias urbanas e as redes de transporte público também ganharam prioridade. A ideia é que os torcedores não percam jogos ou voos por terem ficado presos em engarrafamentos. O Rio de Janeiro está prestes a inaugurar um corredor exclusivo para ônibus interligando o aeroporto internacional e a Barra da Tijuca. É uma obra grandiosa, com 40 quilômetros de extensão, que corta a cidade. Inclui 45 estações, 10 viadutos, 9 pontes e 3 “mergulhões” (como os cariocas chamam os túneis sob ruas e praças). A prefeitura promete que o novo corredor expresso reduzirá em 60% o tempo de viagem entre o aeroporto e a Barra.

Estádios obsoletos

Os estádios tiveram de ser reformados. Quando Blatter anunciou a escolha do Brasil, nenhuma das 12 cidades tinha campo capaz de atender ao padrão internacional exigido pela Fifa. Exemplo disso era Cuiabá, onde o Estádio Governador José Fragelli, mais conhecido como Verdão, tinha apenas



um pequeno pedaço da arquibancada com cobertura para proteger os torcedores do sol e da chuva. Um arcaico fosso delimitava o gramado. Por não oferecer segurança ao público, estava praticamente abandonado. A solução foi botar o estádio abaixo e construir outro do zero. Em seu lugar, nasceu a moderna Arena Pantanal. A inauguração foi no início de abril. A nova arena em nada lembra a anterior. A arquibancada, em vez de ser aquela estrutura contínua ao redor do gramado, agora se divide em quatro partes, com um grande espaço entre elas para favorecer a ventilação e amenizar os rigores do calor cuiabano.

O Mundial também exigiu investimentos pesados em hotéis, portos, segurança pública, redes de telecomunicações, distribuição de energia elétrica e profissionalização dos trabalhadores do turismo.

De acordo com Lamartine Pereira da Costa, do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), o maior mérito dos eventos internacionais, para além da questão esportiva, é acelerar o desenvolvimento dos países anfitriões. Obras que seriam feitas num futuro longínquo acabam sendo antecipadas, para benefício da população local. É o que tem sido chamado de legado da Copa.

“Megaeventos são catalisadores. Havia três décadas que não se faziam obras de mobilidade urbana no Rio de Janeiro. A cidade [que sediará jogos da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016] estava parada e hoje é um canteiro de obras”, exemplifica.

Em São Paulo, o estádio da Copa será a Arena Corinthians, que está prestes a ser inaugurada em Itaquera, um dos bairros mais pobres e violentos da periferia da cidade. Ao decidir que a obra do clube paulista merecia incentivos dos cofres públicos, a prefeitura, o estado e o governo federal não olharam apenas o evento da Fifa. Também levaram em consideração que a nova instalação esportiva atrairá investimentos e criará empregos, ajudando a desenvolver Itaquera.

O papel do Congresso

O grosso das ações para a Copa 2014 está concentrado nas mãos do Ministério do Esporte, que divulga as iniciativas para o evento no portal copa2014.gov.br. Mas, para que o torneio se torne realidade, também o Congresso Nacional desempenha um papel importante. De um lado, os senadores e deputados federais já aprovaram uma série de leis imprescindíveis, sem as quais não haveria Mundial. Entre elas, estão a Lei Geral da Copa, que estabelece obrigações e direitos para o Brasil e para a Fifa, e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), com regras especiais que deram rapidez à execução dos contratos públicos ligados ao Mun-

dial. As novas normas foram aprovadas após intensos debates.

De outro lado, os parlamentares fizeram um périplo pelas cidades-sede para passar um pentefeito no ritmo e na qualidade das obras dos estádios. No trabalho de fiscalização, contaram com as auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que é um órgão auxiliar do Congresso. Em uma série de audiências públicas, eles ouviram autoridades e especialistas independentes sobre a forma como o dinheiro público vem sendo gasto nas mais diversas áreas do Mundial.

Entre as figuras que falaram no Congresso, estiveram os ministros Aldo Rebelo (Esporte), Paulo Bernardo (Comunicações) e Moreira Franco (Secretaria de Aviação Civil) e representantes do TCU, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da Empresa de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). No final de 2011, o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, foi à Câmara para defender a aprovação da Lei Geral da Copa.

No Senado, os colegiados que mais se envolveram foram a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (que instalou a Subcomissão Temporária da Copa 2014), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliza-

ção e Controle (que

criou

O então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, falam na Câmara em 2011



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Humberto Costa, líder do PT no Senado: Mundial gera empregos e dinamiza a economia do Brasil

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Eduardo Braga, líder do governo: Copa acelerou criação de mais rotas aéreas ligando o Brasil à Europa e aos EUA

a Subcomissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Governo paga a conta

A fiscalização feita pelo Congresso é imprescindível, porque os preparativos para a Copa movimentam investimentos bilionários. Pelos cálculos oficiais, a execução de todos os projetos custará algo em torno de R\$ 25,6 bilhões. Em 2007, após a escolha do Brasil, o então presidente da CBF, Ricardo Teixeira, chegou a anunciar que o país sediaria “a Copa da iniciativa privada”. O que se deu foi justamente o oposto. Hoje se sabe que a maior parte do dinheiro (83,6%) está saindo dos cofres públicos. Uma parcela pequena (16,4%) vem de empresas privadas.

Além disso, para beneficiar a Copa, o governo decidiu não cobrar uma série de tributos das empresas e entidades envolvidas nos preparativos — também é dinheiro público que financia o Mundial.

Para dar mais transparência ao uso do dinheiro, o Senado, a Câmara e o TCU se uniram para criar o site Copa Transparente (www.copatransparente.gov.br). No portal, o internauta encontra informações detalhadas sobre cada projeto, incluindo o custo, o nome das empresas contratadas para a execução e o estágio em que se encontra. A Controladoria-Geral da

União (CGU) mantém um site nos mesmos moldes (www.portal-transparencia.gov.br/copa2014). As duas páginas têm um acordo que facilita a troca de informações.

Além da infraestrutura ampliada e modernizada, o Brasil herdará da Copa benefícios intangíveis. Estudos apontam que, de 2010 ao final de 2014, o torneio terá injetado R\$ 142,39 bilhões na economia. Após a intensa exposição na mídia mundial, o país se tornará mais competitivo como destino turístico. O governo crê que o número de visitantes estrangeiros duplicará nos próximos anos. Os turistas, além de deixarem dinheiro, movimentam negócios como hotéis, lojas, serviços de transporte e restaurantes.

Para o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), as expectativas serão confirmadas. Ele cita a procura por entradas: “Houve mais de 10 milhões de pedidos de ingressos, três vezes mais do que o número disponibilizado pela Fifa”. Ele também destaca os empregos temporários gerados pela Copa — 3,6 milhões por ano.

No Amazonas, o turismo deverá crescer 30% por causa do Mundial. Segundo o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), o torneio acelerou a criação de voos diretos ligando Manaus à Europa e aos Estados Unidos. “Havia dez anos que lutávamos por isso e agora aconteceu.”

Nem tudo, porém, está saindo

A Copa em números

A seguir, algumas cifras do Mundial, que começa no dia 12 de junho



3,2 bilhões de telespectadores assistirão aos jogos em mais de 200 países



256,8 milhões de passageiros por ano será a capacidade dos aeroportos reformados para a Copa, quase o dobro da capacidade anterior



3,6 milhões de empregos temporários serão gerados em 2014 pela Copa



2,5 milhões de ingressos para os jogos foram vendidos até março



600 mil turistas estrangeiros estarão no Brasil para o Mundial



18 mil pessoas deverão trabalhar como voluntárias



64 partidas serão disputadas no torneio



32 seleções disputarão a taça da Fifa



12 capitais sediarão partidas da Copa



7 estádios foram construídos especialmente para o Mundial e 5 foram reformados

Fontes: Fifa, FGV e Ministério do Esporte



RICARDO STUCKERT/IFPR

Paulo Coelho, Dunga, Lula e Romário comemoram em Zurique, em 2007, a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014

conforme o previsto. Algumas obras atrasaram. Em fevereiro, a Arena da Baixada, em Curitiba, por pouco não foi excluída do Mundial. Outras obras estouraram o orçamento inicial. O Estádio Mané Garrincha, em Brasília, custaria R\$ 700 milhões pelos cálculos originais, mas consumiu R\$ 1,4 bilhão até agora. E existem obras que simplesmente não ficarão prontas a tempo. Chegou-se

a anunciar que o trem-bala entre São Paulo e o Rio estaria rodando na Copa. Hoje, estima-se que só ficará pronto em 2020. Isso sem contar os oito operários que perderam a vida em obras dos estádios.

Principalmente os atrasos irritaram a Fifa. No início do ano passado, o secretário-geral da entidade, Jérôme Valcke, saiu a público para criticar o ritmo dos preparativos: “Lamento dizer que as

coisas não estão funcionando no Brasil. Vocês precisam levar um chute no traseiro para entregar esta Copa do Mundo”.

A declaração causou mal-estar e reações indignadas no país. Como efeito prático, acabou retardando a aprovação da Lei Geral da Copa no Congresso. Hoje, às vésperas do Mundial, os projetos mais importantes estão bem encaminhados, garante o governo.

Problema histórico

Para Rafael Jardim Cavalcante, assessor do TCU, o atraso nos projetos do Mundial — falha que tanto espaço ganhou no noticiário nacional e internacional — teve o efeito didático de mostrar à sociedade o peso da burocracia no país:

“Não foram especificamente as obras da Copa que atrasaram. São as obras públicas como um todo que atrasam. As da Copa foram uma lupa no que acontece nas prefeituras, nos estados e no governo federal. Existem questões pré-contra-tuais, licitatórias e contratuais que levam a isso. Essa extrema dificuldade agora saltou aos olhos”.

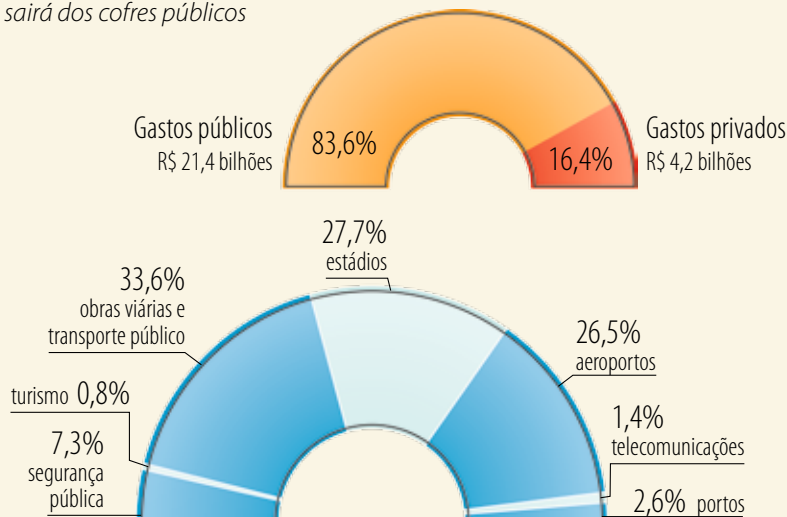
Mesmo com as dificuldades, houve avanços que precisam ser reconhecidos. A preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio, como comparação, ganhou uma *Matriz de Responsabilidades* a apenas quatro meses do evento. A previsão de gastos inicial foi multiplicada por dez ao fim do Pan. Para a Copa, não houve falhas tão grosseiras.

Gil Castello Branco, que é secretário-geral da ONG Contas Abertas e foi secretário-executivo do Ministério do Esporte, concorda. De acordo com ele, pouquíssimas obras ficariam prontas a tempo se, em vez do novo RDC, tivesse sido utilizado o processo tradicional da Lei de Licitações. Ele também aponta como avanços a criação dos sites de transparência e a atuação preventiva dos órgãos de fiscalização, como o TCU:

“Apesar de todos os percalços, a experiência que estamos adquirindo com a Copa certamente tornará as obras públicas mais ágeis no Brasil. Isso não é pouco. Estamos atacando um problema histórico”.

A conta do Mundial

Segundo o governo, a Copa de 2014 custará R\$ 25,6 bilhões. A maior parte do dinheiro sairá dos cofres públicos



Fonte: TCU

Um PAÍS DIVIDIDO

JOÃO CARLOS TEIXEIRA

Pesquisa do DataSenado, encomendada por **Em Discussão!**, mostra o país dividido entre o orgulho e a rejeição de sediar o maior evento do futebol mundial. Se 60% acham que promover a Copa é motivo de orgulho, a grande maioria (76%) considera os gastos com estádios dispensáveis e acima do que seria necessário e que os recursos públicos destinados ao evento teriam melhor destinação em outras áreas, como saúde, educação e segurança pública (86%).

Outros dados do levantamento (que ouviu 809 pessoas entre 14 e 26 de fevereiro) deixam clara a divisão da população com relação à Copa. Dos entrevistados, 42% aprovam a realização do Mundial no país, enquanto 40% desaprovam. Um empate, tendo em vista que a margem de erro da pesquisa é de 3,5 pontos percentuais para mais ou para menos.

Da mesma forma, não há uma tendência clara na avaliação dos benefícios que a Copa pode trazer ao país: 49% acham que haverá um legado, enquanto outros 49% acreditam que não. A percepção é confirmada quando os entrevistados opinam sobre as obras feitas para o Mundial. Para 43%, construções e reformas em estádios, aeroportos, portos e na mobilidade urbana vão ajudar o país, número próximo aos que acham que as obras não farão diferença (42%).

A polarização se repete quando as pessoas são perguntadas sobre a imagem do Brasil no exterior. Enquanto 29% acham que vai melhorar, 28% avaliam que vai piorar (para 40% vai ficar inalterada).

As Regiões Norte e Nordeste tendem a dar mais apoio à Copa. O evento também é mais popular entre homens, entre os que têm renda mais baixa e menor escolarização. Por outro lado, moradores do Sul e do Sudeste, mulheres, os que ganham mais de dez salários mínimos têm nível superior e

os moradores de cidades-sede são mais críticos com relação ao Mundial e os resultados do evento.

O quadro revelado pela pesquisa do DataSenado se assemelha com o que ocorreu em junho de 2013. Durante a Copa das Confederações, o país assistiu a grandes manifestações populares nas ruas das principais cidades, inclusive nas proximidades de estádios que recebiam jogos. Paralelamente, o evento-teste da Fifa, realizado em 6 das 12 cidades-sede do Mundial (Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador), transcorreu bem.

Amor e ódio

Com a segunda maior média de público da história (mais de 50 mil por partida), 804 mil pessoas assistiram aos 16 jogos. A audiência da Copa das Confederações também superou a de edições anteriores. A final entre Brasil e Espanha teve 69,3 milhões de espectadores no mundo e 42 milhões no Brasil.

“Na hora em que toca o hino, a coisa muda”, afirma o professor Lamartine Pereira da Costa, referindo-se ao momento em que a torcida cantou o Hino Nacional nos estádios mesmo quando a orquestra já havia silenciado.

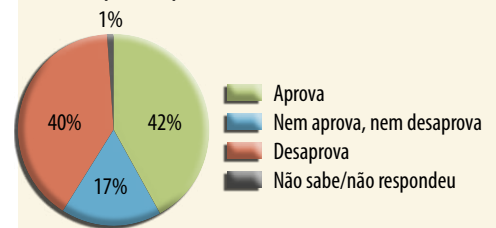
Segundo levantamento do Ministério do Turismo e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o evento adicionou R\$ 9,7 bilhões ao PIB de 2013. As instituições também mediram que 95% dos turistas estrangeiros aprovaram a qualidade dos estádios e entre 70% e 80% avaliaram bem a limpeza das ruas, a segurança pública e os transportes privados.

Por outro lado, durante a Copa das Confederações, a mídia internacional destacou a reação exagerada da polícia às manifestações (o *The New York Times* publicou foto de um policial lançando spray de pimenta em uma mulher no Rio de Janeiro), problemas em hotéis e nos deslocamentos das seleções

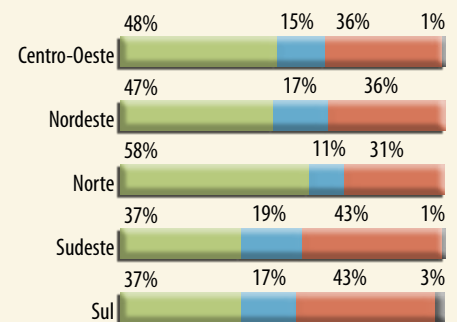
Nem bom, nem ruim

Não há tendência clara na avaliação sobre a Copa do Mundo no país. Norte, Centro-Oeste e Nordeste apoiam. Sul e Sudeste, não

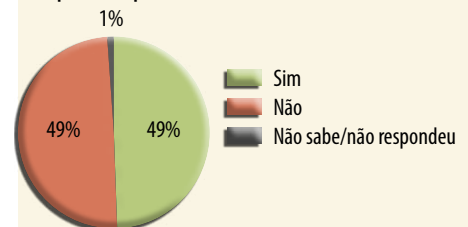
Você aprova ou desaprova a Copa no país?



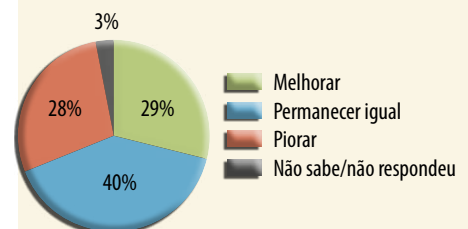
Aprovação da Copa, por região:



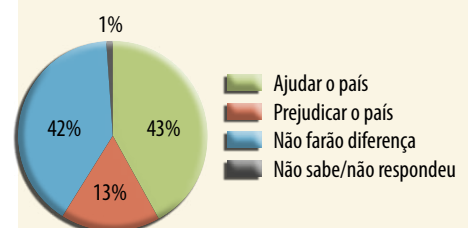
A Copa trará algum benefício para o país?



Após a Copa, a imagem do Brasil no exterior vai:



Após a Copa, as obras feitas para o evento vão:

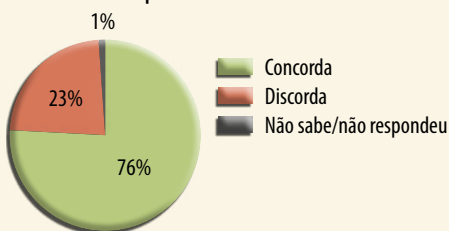


Fonte: DataSenado

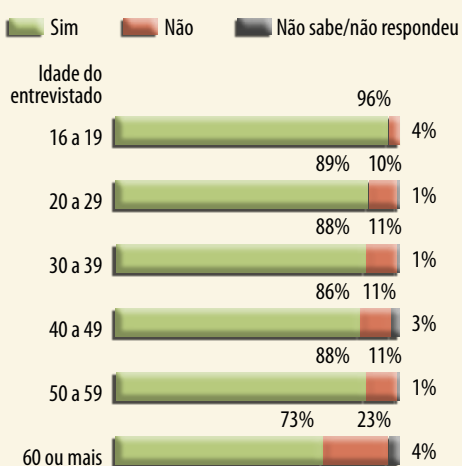
Destino errado

Restrições são maiores aos gastos públicos com a Copa do que com o evento em si. Para entrevistados, há áreas mais carentes de verba

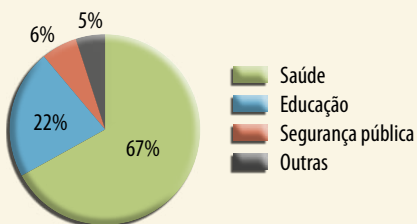
A Copa do Mundo é um desperdício de dinheiro público?



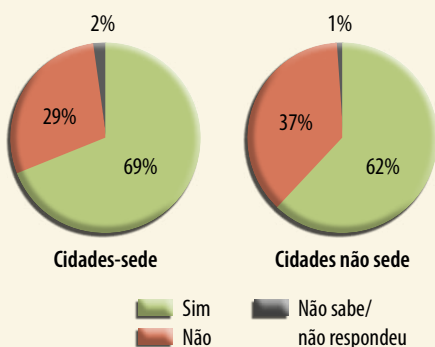
O dinheiro público gasto com a Copa deveria ter beneficiado outra área?



Para qual área esses recursos deveriam ter ido?



Você aprova as manifestações contra os gastos públicos com a Copa?



Fonte: DataSenado



FABIO RODRIGUES POZEBOM/ABR

Apoio nos estádios (acima) e protestos do lado de fora (na página ao lado): Copa das Confederações teve êxito, mas erros foram destacados pela imprensa estrangeira

e dos torcedores, sem contar o pequeno número de ingressos vendidos para estrangeiros.

Para a Copa do Mundo, a venda antecipada de ingressos e os altos valores dos contratos de direitos televisivos já sugerem novo sucesso. Mas o governo também se prepara para novas manifestações. E a preocupação tem motivo. A pesquisa do DataSenado mostra que os protestos contra os gastos públicos com a Copa têm 63% de aprovação, contra 35% que se dizem contrários às manifestações. Nas 12 cidades-sede, a aprovação é ainda maior (69%).

“O apoio à utilização desses recursos em outras áreas é majoritário em todas as faixas etárias, sendo mais forte entre jovens de 16 a 19 anos, grupo em que atinge 96%”, afirma o DataSenado.

Confiante no êxito da Copa, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ministra-chefe da Casa Civil até fevereiro, defende que o governo deve estar preparado tanto para receber bem o evento e os torcedores quanto para garantir que as manifestações sejam pacíficas.

“A Copa não é só o jogo dentro do campo. É uma série de medidas que tomamos para que o jogo possa se realizar da melhor maneira possível e a população brasileira e os estrangeiros que vierem aqui possam curtir muito o futebol”, afirmou a senadora.



JANE DE ARAÚJO/AGÊNCIA SENADO

Gleisi diz que governo deve estar preparado para receber bem o evento e garantir manifestações pacíficas



MARCELLO CASAL JR./ABR

TCU vê avanços na fiscalização, mas percepção de transparência é baixa

Diferentemente do que aconteceu nos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando a *Matriz de Responsabilidades* foi elaborada a quatro meses do evento, o documento que serve de base para as ações necessárias para a Copa do Mundo de 2014 foi firmado em 2010. A variação de gastos e as mudanças nos planos originais para a Copa, que ainda assim foram muitas, não repetiram o que aconteceu sete anos antes, no Rio de Janeiro, quando houve uma diferença de 1.000%.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também apontou avanços na fiscalização dos gastos e obras da Copa. Para isso, o órgão atuou em colaboração com os tribunais de contas de estados e municípios, além da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério Público, trabalho materializado no Portal Copa Transparente, mantido em conjunto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Ainda assim, atrasos e aumento de gastos foram registrados e várias denúncias de irregularidades vieram a público. Como resultado, três em cada cinco pessoas discordam que o governo brasileiro foi plenamente transparente com os gastos da Copa.

“Dos entrevistados, 62% não acreditam que todos os recursos públicos destinados ao evento estejam sendo divulgados adequadamente”, afirma pesquisa do DataSenado.

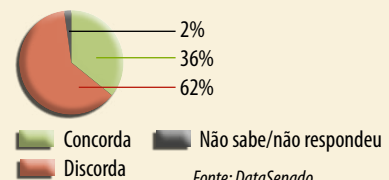
Além disso, a população gostaria de ver o Congresso Nacional mais atuante na fiscalização do uso dos recursos para a organização do Mundial: 44% julgam que a tarefa está

sendo mal executada, 42% acham que está sendo mais ou menos feita e 11% acham que o Congresso tem cumprido bem esse papel. (JC)

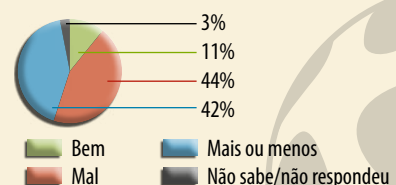
Informação em xeque

População não se acha bem informada sobre destino de dinheiro público para a Copa. Congresso não mudou essa percepção

Todos os gastos públicos com a Copa do Mundo estão sendo divulgados pelo governo?



Como o Congresso Nacional tem cumprido seu papel de fiscalizar os gastos com a Copa do Mundo?



Site Copa Transparente, criado e mantido em conjunto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados

Falhas de 1950 se repetem em 2014

RICARDO WESTIN

Esta é a segunda vez que o Brasil sedia uma Copa do Mundo. A primeira foi em 1950. Apesar de serem separadas por 64 anos, as Copas brasileiras guardam duas incômodas semelhanças: o atraso nas obras e o estouro do orçamento.

Naquela época, a Fifa não impunha que o anfitrião do Mundial providenciasse obras nos aeroportos nem de mobilidade urbana. A única exigência eram estádios com estruturas dignas de um torneio internacional, como tribuna de imprensa e túnel entre gramado e vestiários. O gigantesco Maracanã, no Rio, e o modesto Independência, em Belo Horizonte, foram erguidos especialmente para 1950. Os outros quatro estádios do Mundial, em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Recife, já existiam.

O Maracanã quase não ficou pronto a tempo. A placa inaugural foi descerrada em 17 de ju-

nho, a apenas sete dias do jogo de abertura da Copa. Ainda se sentia o cheiro de tinta. As ruas ao redor estavam enlameadas porque não houve tempo para asfaltá-las.

Originalmente, a Copa estava marcada para 1949, mas a Fifa decidiu adiá-la para 1950. O argumento oficial era que os países europeus ainda não estavam plenamente recuperados da 2ª Guerra Mundial, encerrada em 1945.

“A Fifa estava bastante preocupada com o Maracanã. O atraso nas obras do estádio pesou, sim, na decisão de transferir a Copa de 1949 para 1950”, explica o jornalista Diego Salgado, um dos autores do livro recém-lançado *1950 — o preço de uma Copa* (editora Letras do Brasil).

A construção propriamente dita não demorou. O Maracanã ficou pronto em 22 meses, tempo extraordinariamente curto para aquele que seria o maior estádio do mundo. O pro-

blema foi que o projeto custou a sair do papel. A Fifa escolheu o Brasil em 1946, mas os tijolos do estádio só começaram a ser assentados dois anos mais tarde.

Um dos motivos da demora foi a queda de braço entre o então prefeito do Rio, Mendes de Moraes, e o vereador oposicionista Carlos Lacerda. Para Lacerda, o novo estádio deveria estar em Jacarepaguá. No final, prevaleceu o plano do prefeito e o Maracanã foi construído na Tijuca, no terreno onde antes funcionava o Derby Club.

A conta final da Copa ficou mais alta do que as previsões originais. Inicialmente, o Maracanã deveria custar aos cofres do Rio 150 milhões de cruzeiros (o que hoje daria R\$ 267,6 milhões). A fatura ficou em 230 milhões de cruzeiros (R\$ 415 milhões). Um dos motivos foi a contratação emergencial de um contingente extra de pedreiros para dar conta da obra na reta final. No começo, eram 200 operários. No fim, 2.800. No primeiro Mundial, o Maracanã sozinho consumiu 92% dos gastos públicos.

“Estourou-se, e muito, a previsão original, mas a imprensa da época não bateu nesse ponto. Não havia preocupação com o dinheiro público, ao contrário do que ocorre hoje”, diz Salgado.

Na partida decisiva, ante um Maracanã novo em folha, lotado e incrédulo, o país perdeu a taça para o Uruguai, com o placar marcando 2 a 1. O episódio entrou para a história como *maracanazo*. Na Copa de 50, o Brasil ainda não brilhava entre os grandes do futebol — o primeiro dos cinco títulos só viria duas Copas mais tarde, em 1958.

O goleiro uruguaio Roque Máspoli consola o zagueiro brasileiro Augusto, no Maracanã, ao final da fatídica partida



OSÉ MEDEIROS/ACERVO IMS



“O Brasil já está ganhando”

*O principal porta-voz do Brasil nos preparativos para a Copa é o ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Em entrevista à revista **Em Discussão!**, ele disse que as negociações com a Fifa “são difíceis, mas se dão de forma civilizada”. Ele negou que o Brasil tenha cedido demais ao elaborar a Lei Geral da Copa: “O Brasil é muito grande e importante para ter suas leis violadas por instituições. A relação com a Fifa é institucional. Quando há divergência, prevalecem os interesses do Brasil e dos brasileiros”. Quanto ao que acontecerá dentro das quatro linhas, foi otimista: “O Brasil estará na final contra a seleção mais preparada para ser vice”.*

O que o Brasil e os brasileiros ganharão com a Copa?

Os brasileiros e o Brasil já estão ganhando. Milhões de empregos são criados. Só nas obras dos seis estádios usados na Copa das Confederações, em junho do ano passado, foram gerados 25 mil empregos. Naquele mesmo período, pequenas e microempresas brasileiras faturaram R\$ 100 milhões em novos negócios e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos [Apex-Brasil] reuniu 1.400 empresários brasileiros e estrangeiros, que fecharam contratos no valor de R\$ 1,8 bilhão. E isso aconteceu quando só sete delegações estrangeiras vieram ao Brasil. Em junho de 2014,

teremos gente de 31 países nos visitando. Milhares de jornalistas vão mostrar o Brasil ao mundo inteiro. Os negócios vão se multiplicar.

Muitas obras de mobilidade urbana foram excluídas da Copa. Por quê?

A Copa trouxe a oportunidade de antecipar e acelerar obras de melhoria nas cidades. Algumas, já planejadas e até incluídas no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], como as de mobilidade, seriam feitas com ou sem Copa. Mais que servir ao torneio, elas servem à população. Para definir a quem caberia a responsabilidade por esses trabalhos, foi assinada a *Matriz de Responsabilidades*, estabelecendo o que ficaria por conta do governo federal, dos governos estaduais e das prefeituras. Todas as obras fundamentais para a realização do torneio com segurança e conforto para as delegações e os torcedores estarão prontas a tempo. As que não ficarão prontas foram excluídas da *Matriz*. Não ficando prontas, perdem algumas condições especiais concedidas às obras da Copa. Mas todas seguem em execução e serão concluídas.

Em junho de 2013, houve protestos contra os gastos na Copa. O país está, de fato, gastando em estádios dinheiro que poderia ir para escolas e hospitais?

O governo federal não está gastando nem um centavo dos orçamentos de educação e saúde com a Copa do Mundo. Aliás, não há dinheiro do Orçamento da União nos investimentos para a organização do evento. O dinheiro investido na construção e na reforma dos estádios é empréstimo do BNDES concedido sob as mesmas condições exigidas de qualquer

setor. A Copa não cria nem agrava nossas dificuldades, que — é preciso destacar — têm sido enfrentadas com muito êxito pelo governo federal nos últimos anos, quando mais de 40 milhões de brasileiros saíram da linha da pobreza. A Copa 2014 vai ajudar na luta para reduzir nossas desigualdades. Entre 2010 e 2019, o evento vai garantir o acréscimo de R\$ 183 bilhões à economia nacional e vamos conquistar, segundo um levantamento da consultoria Ernst & Young e da Fundação Getúlio Vargas, 3,6 milhões de empregos.

Haverá protestos durante a Copa?

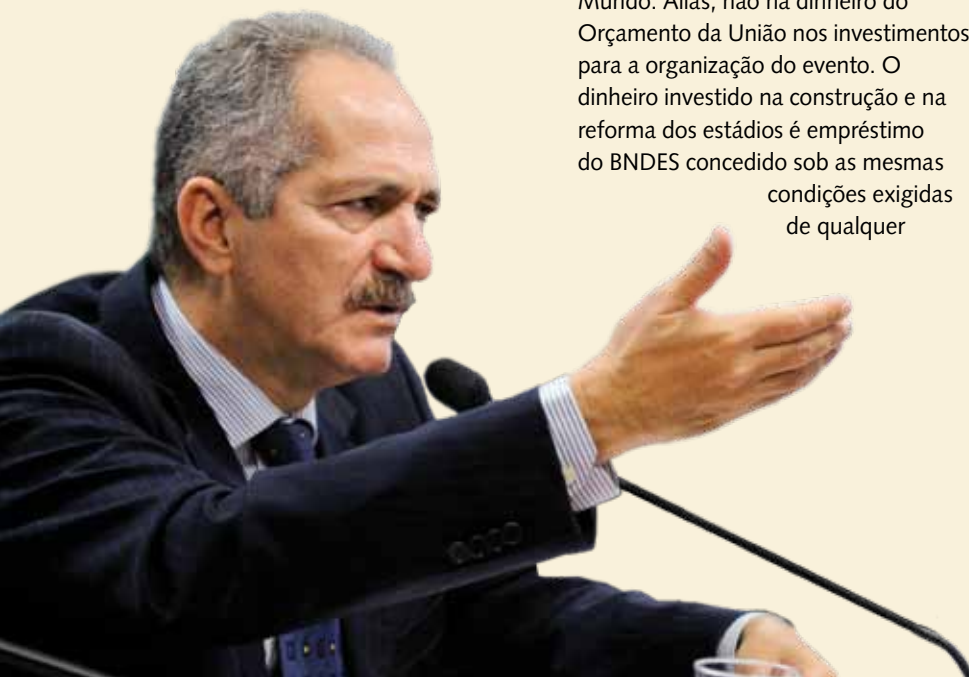
Nas democracias, a população pode ir para as ruas protestar e reivindicar pacificamente. A violência, a depredação de patrimônio e os saques são proibidos por lei e não podem ser tolerados. As manifestações de junho do ano passado não eram contra a Copa. Os manifestantes reclamavam do aumento das tarifas do transporte público. Depois, apareceram os [manifestantes] contra a Copa. Não acredito que aconteçam grandes manifestações contra o evento da Fifa. O futebol faz parte da identidade nacional. Quando se aproximar o início do campeonato, vamos ter clima de festa no país e não haverá espaço para protestos violentos. De qualquer maneira, as polícias estão prontas para garantir a segurança de todos.

Como o senhor avalia o trabalho do Congresso para a realização da Copa?

O Congresso ajudou bastante na organização da Copa, no controle dos investimentos e na preparação da legislação que concilia todos os interesses envolvidos.

Que imagem o mundo guardará do Brasil?

Todos os que se ocupam da preparação do país trabalham para que o Brasil se mostre com todo o protagonismo de uma das dez maiores economias do planeta e como um país capaz não só de participar de todas as Copas e vencer cinco, mas também de organizar esse grande evento.



O que foi DITO

No processo de organização da Copa do Mundo, o Senado realizou mais de uma dezena de audiências para discutir os investimentos públicos no evento. Veja o que foi dito nessas reuniões.



JOÃO CARLOS TEIXEIRA

Pichação vista nas ruas de Brasília às vésperas da realização do evento

“Apesar de todos os percalços, a experiência que estamos adquirindo com a Copa certamente tornará as obras públicas mais ágeis no Brasil. Isso não é pouco. Estamos atacando um problema histórico.”

Gil Castello Branco, secretário-geral da ONG Contas Abertas e ex-secretário-executivo do Ministério do Esporte

“Foi constrangedor passarmos por cima de leis, no caso da Lei Seca, como se, nos 30 dias de Copa, o cidadão pudesse cometer um crime. Depois, não vai poder mais.”

Senador Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da CE

“A responsabilidade do Brasil perante o mundo é grande. Não podemos, de forma nenhuma, passar vergonha, passar vexame na Copa do Mundo.”

Senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), um dos relatores da Lei Geral da Copa no Senado



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

“Muita gente diz que somos culpados pelos atrasos. Mas existem contratos. Não se podem fazer declarações públicas contra governos isoladamente. É preciso colocar as coisas nos seus devidos lugares.”

Lamartine Pereira da Costa, do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

“Para a Fifa, é um negócio maravilhoso. E a maior parte dos riscos é dada para estados e cidades. Todos os custos, todos os gastos estão nas mãos do Brasil, enquanto a Fifa, mais e mais, depois da África do Sul, pega todo o merchandising, toda a venda de ingressos. Mesmo que você ache patrocinadores brasileiros, a Fifa só dá uma porcentagem do dinheiro.”

Holger Preuss, professor de Economia do Esporte e Sociologia do Esporte da Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, Alemanha, especialista em impactos econômicos de megaeventos esportivos

“Acho que daremos um show. Não teremos dificuldade de nos apresentar ao mundo como um país competente. Muito mais pelo povo que temos do que pelas ações do governo A ou B. Agora, é importante ficar em alerta. Porque se a gente se acomodar, é claro que não acontece.”

Ex-senador Sérgio Souza (PMDB-PR)

“A Fifa atua como uma delegação de colonizadores, que chega num determinado país com suas opiniões e faz uma intervenção.”

Senadora Lídice da Mata (PSB-BA), ex-presidente da Subcomissão Temporária da Copa 2014, ligada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Herança bem-vinda

No Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo foi, até o início de abril, o relator-geral dos processos ligados à Copa. Ele diz que, "sem paralisar nem uma obra", o TCU conseguiu evitar gastos de R\$ 500 milhões. Segundo Campelo, a Copa confirma a principal fragilidade na execução de obras no país: falta de planejamento. Ele falou à revista **Em Discussão!** dias antes de se aposentar do TCU.

Qual a diferença entre o trabalho cotidiano do TCU e a fiscalização das obras da Copa?

Considerando a experiência nos Jogos Pan-Americanos de 2007, procuramos realizar as auditorias ainda em fase embrionária dos empreendimentos. Focamos as análises nos orçamentos ainda no projeto básico das obras. Em paralelo, ao avaliar e corrigir discrepâncias nos editais de licitação, pudemos garantir ampla concorrência nas disputas pelos contratos. Conseguimos, sem paralisar uma única obra, viabilizar uma redução no valor dos empreendimentos superior a meio bilhão de reais. Isso tudo em uma atuação pedagógica, contributiva, não obstativa.

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, elogia a atuação do TCU em relação à Copa. Quanto à fiscalização, a

Copa deixará legado para o país?

Sem dúvida. Um legado já constituído foi a boa

relação com o Poder Executivo no processo. Identificada falha, imediatamente os gestores eram ouvidos e, dentro de um processo amplo de discussão, tomavam-se as providências para corrigir qualquer irregularidade. Isso antes da consumação de prejuízos. Podemos fazer disso uma regra. Os gargalos identificados nessas fiscalizações devem ser mitigados para futuros compromissos federais assumidos ou para a implementação de políticas públicas coordenadas. É o caso da morosidade na aplicação de recursos via transferências voluntárias. Existe dificuldade crônica dos estados e municípios na aplicação dos recursos. Também citaria a deficiência em relação à definição de prazos nos projetos. Não se tem apresentado metodologia capaz de justificar o tempo adequado para a conclusão das obras. Isso já era uma realidade antes da Copa. O Mundial só colocou uma lupa nesses problemas. Temos que trabalhar — talvez até em nível normativo — sobre a questão.

A previsão, na candidatura do Brasil, era que R\$ 2,8 bilhões seriam gastos nas arenas. Agora se fala em R\$ 8 bilhões. Por que as obras atrasam e extrapolam tanto o orçamento inicial no país?

A primeira versão da *Matriz de Responsabilidades* do governo federal previa um investimento de R\$ 5,6 bilhões em estádios. Naquela oportunidade, contudo, o estádio do Corinthians não estava incluído, o que acresceu mais de R\$ 1 bilhão. Quanto melhores e mais detalhados os projetos, menores serão as "surpresas" quanto ao real valor necessário para terminar as obras, como também

com relação ao prazo.

O TCU aponta que a insuficiência no planejamento e as falhas na elaboração de projetos são as primeiras causas

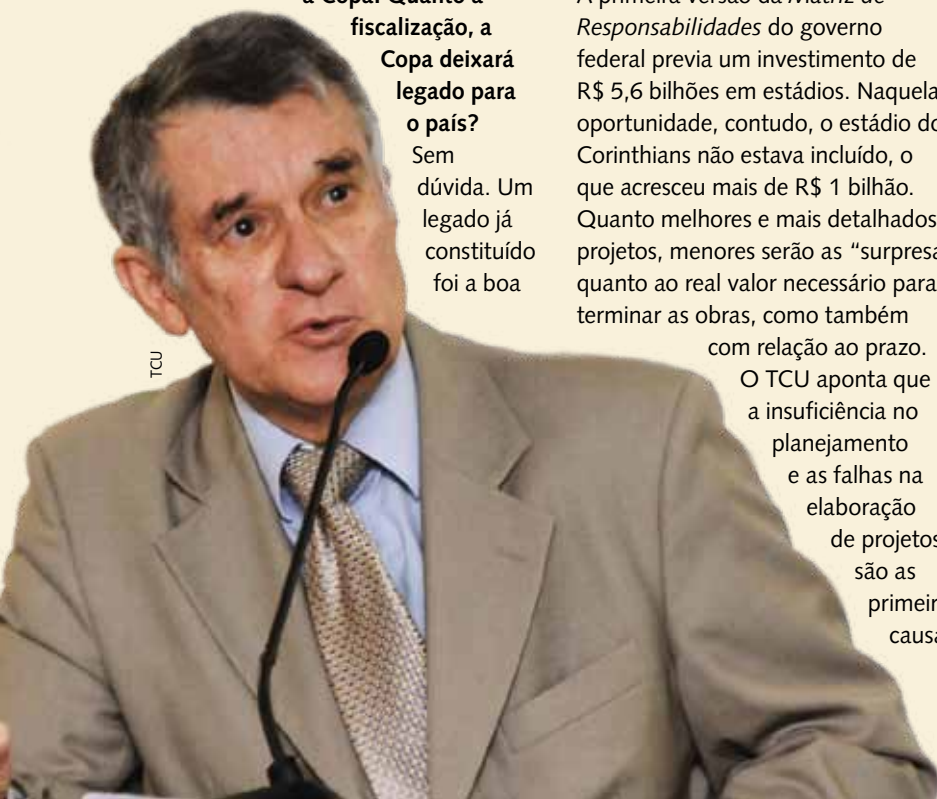
das mazelas identificadas em obras públicas pelo país. O tribunal vem tentando mudar essa realidade. Mas não se muda uma cultura do dia para a noite. Para isso, precisamos de ferramentas institucionais mais poderosas para viabilizar estratégias a longo prazo. E hoje, politicamente, os gestores só têm conseguido mirar o seu planejamento de quatro em quatro anos.

O senador Blairo Maggi, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, diz que as ações de controle para evitar desvios e corrupção afetam o ritmo das obras. O senhor concorda com a avaliação?

A Copa serviu para mostrar que isso não é verdade. Sem paralisar uma única obra, o TCU economizou mais de meio bilhão de reais para o país. O tribunal não pode ser considerado o culpado pelos atrasos. Contratar investimentos sem amadurecimento dos estudos de viabilidade, sem a identificação dos riscos, sem alinhar o gasto com os objetivos estratégicos da política a ser implementada só causa desperdício e favorece a corrupção. Se existe dificuldade de bem gerir as interveniências, refletida num açodamento no lidar com a coisa pública, não me parece que o TCU seja o culpado.

Quais os benefícios que o evento deixa para o país?

O maior legado será a infraestrutura de mobilidade urbana. Por mais que as obras tenham atrasado, após o Mundial elas terminarão. A melhoria no espaço urbano impacta todas as classes sociais, mormente a mais carente, que depende muito do transporte coletivo. Lembro que antes da Copa pouco se falava de "espaço urbano equitativo". VLTs, BRTs e VLPs eram apenas sopas de letrinhas sem significado para o cidadão. A Copa colocou a discussão como item "A" da pauta de qualquer eleição. Isso mudou a forma de pensar da população e incutiu novas prioridades na classe política.



TCU

R\$ 26 bilhões em jogo

Além de estádios, Copa tirou da gaveta dezenas de obras de mobilidade urbana, aeroportos e portos. Porém, o ano do evento chegou sem que muitas estivessem concluídas. Valor dos gastos aumentou e projetos foram deixados pelo caminho



Novos estádios para a Copa, como o Arena Castelão, em Fortaleza, acabaram custando mais de R\$ 8 bilhões

SYLVIO GUEDES

Entre 30 de outubro de 2007, quando a Fifa confirmou o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, e a partida inaugural, em 12 de junho próximo, são quase sete anos — o mais longo prazo concedido a um país para organizar a maior competição de futebol do planeta, que oficialmente custará quase R\$ 26 bilhões.

A competição renderá à enti-

dade internacional receitas superiores a US\$ 4,1 bilhões (sem contar a venda de ingressos) — mais que o dobro das obtidas há oito anos, no Mundial da Alemanha —, com lucro de US\$ 200 milhões, segundo o secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke. Do lado brasileiro, estimativas preveem injeção de R\$ 142 bilhões na economia brasileira entre 2010 e 2014.

À época, 18 capitais pleitea-

vam o direito de sediar partidas. E, apesar da recomendação da Fifa de ater-se a 10 locais, o Brasil optou por promover jogos em 12 cidades. Em janeiro de 2010, já com as sedes definidas, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 11 prefeitos e 12 governadores firmaram o documento *Matriz de Responsabilidades* — que contemplava os investimentos previstos e as obras programadas e definia o

CRYSTIAN CRUZ



quinhão de cada um nesse esforço.

No centro da estratégia, a disposição de aproveitar o evento para fazer melhorias na infraestrutura de aeroportos, portos, mobilidade urbana, segurança, telecomunicações e turismo — além dos estádios. “São investimentos que já seriam necessários e que acabaram sendo antecipados e priorizados nas 12 sedes pela oportunidade de realizar uma Copa do Mundo no Brasil”, diz o *1º Balanço da Copa*, publicado em janeiro de 2011.

Exclusão de obras

A *Matriz* original previa gastos de R\$ 23,5 bilhões em 94 iniciativas — R\$ 17,7 bilhões para infraestrutura. Em 2010, estavam previstas 50 obras de mobilidade urbana, 25 em aeroportos e 7 em portos. Todas deveriam ficar prontas até dezembro de 2013.

Desde então, resoluções do Grupo Executivo da Copa (Gecopa) trouxeram revisões e atualizações à proposta. Foram excluídos 29 projetos e 28 entraram na relação, enquanto 53 passaram por alguma mudança no valor ou na data de entrega. O número final é de 45 obras de mobilidade — 10 das quais de melhorias nos entornos dos estádios —, 30 nos aeroportos e 6 nos portos.

Além das mudanças nos projetos, as obras não andaram como previsto. A três meses da Copa, apenas 18% das obras de infraestrutura haviam sido entregues. Dos 81 projetos listados, só 15 estavam concluídos (11 em aeroportos, 3 de mobilidade e 1 porto). Destes, quatro foram entregues no prazo. E, apesar do corte de R\$ 3 bilhões nesses investimentos, a maioria dos projetos (36) subiu de valor entre 2010 e 2013, 4 mantiveram o valor e 13 caíram de preço. A diminuição no total geral veio graças à exclusão de grandes projetos, e não pelo barateamento das obras.

Tais despesas, reiterou o governo, não podem ser atribuídas exclusivamente à Copa, como acusam os críticos do evento. “Teríamos a modernização da estrutura aeroportuária, as obras viárias para facilitar e beneficiar o trânsito das nossas metrópoles, metrô, VLT [veículo leve sobre trilhos], BRT



FABIO LIMA/PORTAL DA COPA

Linha do BRT, em Fortaleza: a três meses da Copa, apenas 18% das obras de infraestrutura no país estavam prontas

[*bus rapid transit*], alargamento de avenidas, obras de acesso aos aeroportos com ou sem Copa. Eles estão na *Matriz de Responsabilidades* com o objetivo muito generoso de antecipar a realização dessas obras para alcançar a Copa, mas principalmente para beneficiar as populações das cidades-sede. As obras que não estiverem prontas para a Copa serão entregues da mesma forma”, disse o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, em audiência pública, no Senado, na Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Outros países também reavaliaram os investimentos e as obras. No caso brasileiro, as sucessivas versões da *Matriz* alteraram o destino das verbas. Se os estádios deveriam consumir R\$ 5,7 bilhões na *Matriz de Responsabilidades* ori-

ginal, o último balanço aponta que o valor passará dos R\$ 8 bilhões, uma variação de 40,3%.

Mudança de foco

Em contrapartida, as obras de mobilidade urbana tiveram corte de quase a metade. No início, eram 56 obras a um custo de R\$ 15,4 bilhões, mas, em novembro de 2013, restaram 41 intervenções, com gasto previsto de R\$ 8 bilhões. A mudança de foco, apontaram senadores como Alvaro Dias (PSDB-PR) e Zeze Perrella (PDT-MG), estaria na raiz da insatisfação popular com o fato de o Brasil ser anfitrião do Mundial.

Ao mesmo tempo, foram abandonadas, ora por falta de projeto consistente ora por temor de não ter a obra pronta a tempo, várias iniciativas de mobilidade urbana. Porto Alegre, que entrou com dez

projetos e terminou com dois, viu minguar a previsão de investimentos de R\$ 480 milhões para R\$ 15,9 milhões. Manaus, que ambicionava ganhar um monorail e um BRT ao custo de R\$ 1,7 bilhão, ficou sem nada. São Paulo manteve na *Matriz* a construção do monorail, mas as verbas minguaram de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 548,5 milhões.

“Falou-se que seria a Copa da iniciativa privada e não seria gasto nenhum centavo de dinheiro público com estádios”, disse Alvaro Dias, lembrando que, em 2009, o governo anunciou que não pretendia gastar recursos em estádios e que o foco dos investimentos públicos seria em mobilidade urbana.

Conforme o balanço divulgado pelo governo federal em novembro de 2013, apenas R\$ 3,8 bilhões dos R\$ 25,6 bilhões até então destinados às obras da Copa eram recursos privados, todos por parte das três empresas que ganharam as concessões dos Aeroportos de Guarulhos, Viracopos, Brasília e São Gonçalo do Amarante. O restante é dinheiro público, distribuído entre financiamento federal (R\$ 8,4 bilhões), recurso federal (R\$ 7,4 bilhões) e recursos locais (R\$ 3,3 bilhões), além das renúncias fiscais e creditícias pela União de R\$ 648,7 milhões (não foram



Manaus, a princípio, esperava ganhar um monorail e um BRT, mas a única obra realizada foi a da Arena Amazônia

informadas, ainda, as renúncias de estados e municípios).

Aeroportos

Na modernização e ampliação de aeroportos brasileiros pode estar o maior e melhor legado da Copa. A aviação civil vem experimentando, há duas décadas, demanda crescente, congestionando o tráfego aéreo e os terminais de passageiros. Quase todas as obras incluídas na *Matriz de Responsabilidades* já faziam parte dos planos de curto e médio prazo do governo para recuperar a capacidade do setor. No total, serão aplicados R\$ 6,3 bilhões no transporte aéreo.

Os valores se somam a outros R\$ 600 milhões usados na melhoria da infraestrutura de cinco portos, que poderiam receber navios turísticos durante a competição. Segurança e defesa tiveram R\$ 1,9 bilhão para ações de controle de entrada no país, monitoramento do espaço aéreo e marítimo, prevenção de terrorismo, integração de sistemas e segurança nos eventos.

A infraestrutura de telecomunicações aplicou R\$ 404 milhões. Outros R\$ 180,3 milhões foram destinados ao setor turístico para obras como centros de atenção ao visitante, sinalização urbana e melhor acessibilidade nas principais atrações de cada cidade, além de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) para a construção de 4 hotéis e reforma de 12. Faz parte ainda do planejamento a qualificação de 157 mil profissionais para trabalhar com turismo (até setembro de 2013, 92 mil haviam sido treinados).

Porém, muitas das iniciativas para a Copa também só estarão concluídas em cima da hora, ameaçando a eficácia e oferecendo riscos ao país e ao evento.

Alguns jornalistas não conseguiram enviar reportagens e fotos na inauguração da Arena Amazônia, em Manaus, no início de março, confirmando que os estádios ainda não tinham pronta a infraestrutura de telefonia e acesso à internet, disse aos senadores o jornalista Rodrigo Prada, do portal2014.org.br, mantido pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinenco). Os estádios com infraestrutura de telecomunicações mais atrasada eram Curitiba e São Paulo.

Capacidade nacional

“A Copa do Mundo de 2014 será a Copa das mídias sociais. Na África do Sul, ferramentas como Facebook e Instagram nos dispositivos móveis estavam apenas começando. Os 600 mil turistas estrangeiros que estarão aqui usando seus telefones certamente terão dificuldades. Esse é um problema crítico no que diz respeito à imagem do

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



Valadares torce para que segurança pública funcione: “Brasil estará exposto e será uma grande vitrine para o mundo”

país”, afirmou Rodrigo Prada.

No estudo *Brasil Sustentável — impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*, publicado pela consultoria Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2010, a previsão era que o evento produziria um efeito cascata nos investimentos no país. “A economia deslanchará como uma bola de neve, sendo capaz de quintuplicar o total de aportes aplicados diretamente na concretização do evento e impactar vários setores.”

“Para a sociedade, uma Copa do Mundo bem-sucedida é aquela organizada sem desperdício de recursos públicos, com gestão transparente e capaz de deixar um legado que justifique o alto investimento, como a infraestrutura que permita a realização de outros megaeventos e a renovação dos aparelhos urbanos”, definiu o estudo de 2010.

Ainda não há dados definitivos que confirmem a estimativa, mas, para além das repercussões econômicas, a Copa sempre foi vista como uma chance para o país mostrar sua capacidade de organização e projetar mundialmente uma imagem positiva. No setor público, porém, as análises

do processo de preparação do país para a Copa mostram que o governo ainda precisa dimensionar as capacidades e melhorar a governança.

Em reunião da Comissão de Educação (CE) do Senado, em março, Rafael Jardim Cavalcante, do Tribunal de Contas da União (TCU), destacou que as obras públicas para a Copa não foram muito diferentes em relação ao que se costuma observar no país, tanto em termos de irregularidades quanto no cumprimento dos prazos de conclusão. Para ele, o que aconteceu é que a importância do evento colocou as obras sob uma lente de aumento da opinião pública e dos órgãos de fiscalização, mas, no fundo, o perfil não se alterou.

“Superestimou-se a capacidade de planejamento e execução do setor público brasileiro. Acreditou-se que seria possível fazer não só estádios, mas também ampla reformulação da infraestrutura urbana. Na prática, o esforço financeiro, de logística e organização para a construção dos estádios subtraiu recursos, capacidade de planejamento e tempo de trabalho que se pretendia investir na ampliação da

infraestrutura urbana”, avaliaram os consultores legislativos do Senado Marcos Mendes e Alexandre Guimarães.

Ainda assim, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), e o ex-senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que presidiu a Subcomissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), preveem que a Copa será um sucesso.

“Verificamos in loco as condições dos estádios, os gastos que foram realizados e a expectativa de conclusão dos trabalhos dentro do tempo exigido. A Copa será uma ocasião em que o Brasil estará exposto e será uma grande vitrine para o mundo inteiro. Esperamos que a segurança pública possa atuar para garantir a tranquilidade dos nossos visitantes”, disse Valadares.

“Daremos um show. Não teremos nenhuma dificuldade de nos apresentar ao mundo como um país competente. Pedimos que a sociedade nos ajude a fazer um evento que vai orgulhar a todos”, afirmou Sérgio Souza.

Reforma na via de acesso ao Aeroporto de Brasília: única obra de mobilidade que restou na capital



CUSTOS em ESPIRAL

Após dois grandes reajustes na *Matriz de Responsabilidades* (2010 e 2012) e uma série de contratempos nas obras (de paralisações motivadas por suspeitas de irregularidades a acidentes e falta de pagamento às empreiteiras), o Brasil chegou ao Mundial contabilizando mais de R\$ 8 bilhões gastos nas arenas, um aumento de 285% em relação ao plano inicial e de 48% em relação à *Matriz* original. E poderia ser mais, não fosse o trabalho de acompanhamento e fiscalização empreendido, em conjunto, pelo Congresso Nacional, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Ao apresentar a candidatura à Fifa em 2007, o Brasil anunciou que gastaria R\$ 2,8 bilhões para construir e reformar os 12 palcos da Copa do Mundo e que todos estariam prontos até o final de 2013. Como no caso das obras de infraestrutura, o cronograma de entrega dos estádios sofreu sucessivos atrasos, tanto que apenas dois deles foram inaugurados até dezembro de 2012 — Mineirão (Belo Horizonte)

e Castelão (Fortaleza). Outros quatro (Brasília, Salvador, Recife e Rio de Janeiro) foram entregues no início de 2013 e também receberam jogos da Copa das Confederações. As arenas de Natal, Manaus, Porto Alegre e Cuiabá foram concluídas até o início de 2014.

Os mais atrasados foram os estádios de Curitiba (Arena da Baixada) e de São Paulo (Arena Corinthians). O paranaense foi inaugurado no fim de março e o paulista seria entregue à Fifa em 15 de abril, mas sem parte da cobertura e com áreas comerciais, camarotes e telões incompletos.

Arenas caras

Das 12 arenas que serão utilizadas na Copa do Mundo, 9 são públicas e 3 são particulares (São Paulo, Porto Alegre e Curitiba). Pela *Matriz de Responsabilidades*, a construção dos estádios públicos seria obrigação dos estados. Cinco deles — Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte — celebraram parcerias público-privadas (PPPs). Quatro governos decidiram firmar contratos tradicionais de em-

Valor por assento

Custo ficou 10% acima do da África do Sul e 40% acima do da Alemanha

Cidade	Total de assentos*	Custo por assento (R\$)
Brasília	72.777	R\$ 19.282
Manaus	44.480	R\$ 15.051
Rio de Janeiro	78.639	R\$ 13.352
Cuiabá	44.335*	R\$ 12.858
Salvador	55.045*	R\$ 12.524
São Paulo	68.000*	R\$ 12.058
Recife	46.106	R\$ 11.551
Belo Horizonte	62.170	R\$ 11.179
Natal	42.024*	R\$ 9.518
Fortaleza	63.763	R\$ 8.133
Curitiba	42.381	R\$ 7.708
Porto Alegre	49.989	R\$ 6.601

*Incluídos assentos provisórios para a Copa

Fonte: 5º Balanço da Copa

preitada com a iniciativa privada: Rio de Janeiro, Amazonas, Mato Grosso e Distrito Federal, único que não recorreu a financiamentos públicos, via BNDES, para erguer o Estádio Nacional Mané Garrincha, optando por recursos próprios.

Uma organização não governamental dinamarquesa

O BNDES criou uma linha de financiamento para estados, municípios e proprietários de estádios e para urbanização do entorno das arenas, limitada a R\$ 400 milhões ou 75% do projeto. As condições de pagamento são subsidiadas: juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) + 1,9%, carência de 36 meses para começar a pagar e 12 anos de prazo de quitação. Só obtiveram o financiamento projetos com certificação ambiental.

Mineirão em noite de jogo: estádio construído em parceria público-privada ficou pronto em dezembro de 2012





PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Sérgio Souza (E) e Paulo Davim (3º à esq.) vistoriam obras do Estádio Mané Garrincha, o mais caro entre os 12 do Mundial

dedicada a fortalecer a ética no esporte (playthegame.org) apresenta em seu site dados sobre os custos dos estádios nas quatro últimas Copas do Mundo.

Com base no critério de custo por assento (valor total da obra dividido pela capacidade), fica claro que o Brasil está gastando um pouco mais do que a África do Sul (2010) e Coreia/Japão (2002) e muito mais do que a Alemanha (2006), país que já tinha muitas das arenas dentro dos padrões Fifa. O custo por assento da Copa brasileira ficou 10%

acima do observado na África do Sul e 14% superior ao da Copa de Japão e Coreia do Sul. Em relação à Alemanha, o valor é 40% maior.

O Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha, com 72 mil assentos, é o caso mais emblemático. Inicialmente, estava orçado em R\$ 696 milhões. Segundo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), houve 19 aditivos na construção e foram constatados sobrepreço em compras e pagamentos por serviços não executados, entre outras irregularidades.

des. Como resultado, o preço final oficial do estádio (R\$ 1,4 bilhão) é o dobro do que a África do Sul gastou para erguer, em Johannesburgo, o Soccer City (94 mil lugares), local da final entre Espanha e Holanda, em 2010. E a cifra do Mané Garrincha não considera outros R\$ 305 milhões que estão sendo gastos nas obras do entorno do estádio, em licitação que chegou a ser suspensa pelo TCDF.

Problemas nas PPPs

Três em cada quatro entrevistados pelo DataSenado em fevereiro acharam que os gastos para construir as arenas da Copa estão acima do necessário, contra 13% que os consideraram adequados. Para o diretor do portal2014.org.br, jornalista Rodrigo Prada, que tem acompanhado as obras dos 12 estádios desde o início, as variações de preço não podem ser atribuídas, como é costume, ao chamado custo Brasil.

“No caso da Copa, as obras tiveram isenção de impostos e facilidades na concessão de alvarás. O alto custo das arenas se deve à falta de planejamento e à falta de projeto executivo”, explica Prada, para quem pelo menos cinco estádios correm o risco de serem subaproveitados após o Mundial — as arenas Amazônia, Dunas, Pantanal, Pernambuco e o Estádio Mané Garrincha (*leia mais no quadro da pág. 26*).

Envolvendo o Congresso

Balanço das obras para a Copa

Confira, a partir desta página, um levantamento da construção dos estádios, reformas em aeroportos e projetos de mobilidade urbana nas 12 cidades-sede a menos de três meses da abertura da competição

Fontes: 5º Balanço da Copa, coordenadorias nos estados e municípios, Infraero, Inframerica (Brasília e Natal), Aeroportos Brasil (Viracopos) e Invepar (Guarulhos)

Belo Horizonte		Mineirão			Mobilidade urbana	
Tancredo Neves, Confins		62.170 lugares (R\$ 11.179 por assento)			Obras: 7	Investimento: R\$ 1,4 bi
Novo terminal de passageiros e ampliação da pista de pouso e dos pátios. Eleva capacidade de 11,8 milhões para 17,1 milhões de passageiros/ano.			Previsto	Realizado	Destaque: BRT Cristiano Machado (corredor exclusivo para ônibus Aeroporto-Centro-Mineirão)	
Situação: 43,26% executados (jan./2014)	Previsão de entrega total até 30 de abril	Custo	R\$ 426 mi	R\$ 695 mi		
Investimento: R\$ 482 mi		Inauguração	dez./2012	fev./2013	Situação: 92%	Conclusão: abr./2014

Gastos no Maracanã

O palco da final da Copa de 1950 chega a 2014 renovado. Mas o formato atual custou uma fortuna



(*) em valores corrigidos.

Fonte: Rodrigo Prada, portal2014.org.br

Nacional, o TCU, a CGU e os três níveis de governos, a Rede de Informações para Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014 (Rede da Copa) representou um novo modelo de fiscalização integrada. Um portal na

internet (www.copatransparente.gov.br) organizou e divulgou todas as informações e documentos necessários para o controle externo e também para o controle social das obras.

Por meio do TCU, o Congresso Nacional atuou na fiscalização da construção ou reforma dos estádios, acompanhando a concessão de financiamentos aos entes públicos e às parcerias público-privadas, responsáveis pela execução das obras.

Análise da Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação do TCU (Sefid) identificou, ainda em 2010, indícios de irregularidades nas contratações de PPPs em diversos estádios — como Fortaleza, Natal e Salvador —, com transferência ao poder público de riscos financeiro e cambial que deveriam ser do parceiro privado e a possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em função da alteração de preços públicos, entre outras.

No caso da Arena Amazônia, após auditoria nos projetos executivos, o tribunal concluiu em 2010 pela existência de sobrepreço de R\$ 86,5 milhões. Um acórdão, dois anos depois, confirmou que mudanças no contrato original resultaram em uma redução de R\$ 65 milhões no custo final da obra.

Para as Arenas Pernambuco e Fonte Nova, a ação fiscaliza-

dora do Congresso Nacional, via TCU, permitiu que obras de acessibilidade urbana no entorno dos estádios fossem acrescentadas às obrigações das empresas construtoras, o que não estava inicialmente previsto na *Matriz de Responsabilidades*.

Quase R\$ 1 bilhão

O palco da final da Copa deu muito trabalho aos auditores do TCU. Em 2010, o tribunal identificou falhas na elaboração do projeto básico de reforma do Maracanã e não cumprimento de todas as exigências do BNDES para a concessão da linha de crédito especial.

Indícios de graves irregularidades no processo licitatório de contratação da obra foram apontados no estágio inicial. Em maio de 2012, o valor da empreitada subiu para R\$ 956,8 milhões. A justificativa para os mais de R\$ 250 milhões de acréscimos foi a necessidade da completa reconstrução da cobertura, já que a existente não teria aproveitamento.

O projeto executivo passou, então, por auditoria conjunta do TCU e da CGU, que encontrou possível sobrepreço de R\$ 163,4 milhões no orçamento da obra. O governo do Rio de Janeiro acabou apresentando outro orçamento no valor de R\$ 859,4 milhões — uma redução de R\$ 97,4 milhões no valor inicialmente proposto. (SG)

Brasília



Presidente Juscelino Kubitschek		Mané Garrincha			Mobilidade urbana	
Duplicação do terminal sul de passageiros, ampliação do pátio e construção de um segundo módulo operacional. Previsão de entrega do restante até o final de maio.		72.777 lugares (R\$ 19.282 por assento)			Obras: 1	Investimento: R\$ 44,2 mi
Situação: 78% executado (fev./2014)	Previsão de entrega até o final de maio	Previsto	Realizado		Destaque: ampliação da DF-047 (corredor exclusivo para ônibus Aeroporto-Centro)	
Investimento: R\$ 900 mi		Custo	R\$ 745,3 mi	R\$ 1,4 bi		
		Inauguração	dez./2012	mai./2013	Situação: 80%	Conclusão: mai./2014

Cuiabá



*18 mil temporários

Marechal Rondon, Várzea Grande		Arena Pantanal			Mobilidade urbana	
Ampliação e modernização do terminal de passageiros e do estacionamento. Capacidade sobe de 2,5 milhões para 5,7 milhões de passageiros/ano.		44.335 lugares* (R\$ 12.858 por assento)			Obras: 3	Investimento: R\$ 1,6 bi
Situação: 50,92% executados (jan./2014)	Previsão de entrega total em abril	Previsto	Realizado		Destaque: VLT Cuiabá/Várzea Grande (ligação aeroporto-centro, em 22 quilômetros de trilhos)	
Investimento: R\$ 98 mi		Custo	R\$ 454,2 mi	R\$ 570,1 mi		
		Inauguração	dez./2012	abr./2014	Situação: não informada	Conclusão: dez./2014

Grandes palcos vão gerar grandes desafios

Qual o sentido em construir modernos e espaçosos estádios em cidades onde o futebol tem pouca ou nenhuma capacidade técnica e econômica? Pelo menos 4 das 12 cidades-sede se encaixam nessa definição — Cuiabá, Manaus, Natal e Brasília. Na avaliação dos especialistas em marketing esportivo, os gestores dessas arenas terão que investir em projetos adicionais para evitar que elas fiquem abandonadas e com altos custos de manutenção após a Copa.

O próprio TCU, em estudo, manifestou preocupação com o destino do patrimônio público no caso das quatro cidades. Natal é a que tem menos razão para se preocupar — afinal, a Arena das Dunas será administrada, pelos próximos 20 anos, por um consórcio privado. Já as outras três cidades têm que administrar as arenas, arcando com altos custos de conservação.

A Arena Amazônia tem custo de manutenção anual estimado em R\$ 6 milhões. O Mané Garrincha, de R\$ 8 milhões. O Itaquero, propriedade do Corinthians, deverá gerar despesas anuais de R\$ 30 milhões, prevê o clube.

Os governadores garantem estar preparados para o desafio. Planejam obras que criem polos econômicos e atrações turísticas



JOSE MEDEIROS/PORTAL DA COPA

Arena Pantanal, em Cuiabá, tem capacidade para 44.335 pessoas; 18 mil lugares são assentos provisórios apenas para a Copa

nos arredores dos estádios. Para isso, porém, é preciso gastar mais dinheiro — no caso de Brasília, o governo local anuncia investimentos de R\$ 305 milhões, ressaltando que as obras não são para a Copa, mas para a área central da cidade.

Cuiabá promete um centro aquático, pista para esportes radicais, quadra poliesportiva e um parque. Manaus investirá R\$ 70 milhões para erguer um centro de convenções, ginásio poliesportivo e reformar o sambódromo. Natal estuda construir um grande complexo com espaços comerciais, edifícios residenciais e um parque, ao custo de R\$ 1,2 bilhão.

Fernando Ferreira, da Pluri Consultoria, teme pelo futuro das arenas porque estudos de viabilidade econômica têm levado em conta os melhores cenários financeiros, quando deveriam ter em conta a perspectiva mais conservadora.

Segundo ele, para dar retorno uma arena deve ser usada pelo menos 30 a 40 vezes ao ano, com taxa de ocupação de 60%.

O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, defende as obras. "Todos os espaços esportivos construídos ou reformados serão abertos à população. E os jogos de futebol, as disputas de atletismo vão atrair público cada vez maior, já que oferecem mais conforto e segurança. São espaços multiuso. Podem receber congressos, shows, cinemas, teatros, restaurantes, academias de ginástica", afirmou.

A opinião é compartilhada pelo senador Eduardo Braga (PMDB-AM). "Quando lutamos para levar Copa a Manaus, muitos falavam em elefante branco. Mas não é assim. Tem proveito para turismo, geração de emprego e renda, estratégia de desenvolvimento", afirmou. (SG)

Curitiba



Afonso Pena, São José dos Pinhais		Arena da Baixada		Mobilidade urbana	
Ampliação da área do terminal de embarque. Capacidade de passageiros/ano elevada de 7,9 milhões para 8,5 milhões .		42.381 mil lugares (R\$ 7.708 por assento)		Obras: 10	Investimento: R\$ 466 mi
		Previsto	Realizado	Destaque: Corredor Aeroporto-Rodoferroviária	
Situação: 16,4% realizadas (jan./2014)	Entrega de três pontes de embarque até maio. O restante em 2016	Custo	R\$ 184,5 mi		
Investimento: R\$ 239,14 mi		Inauguração	dez./2012	abr./2014	Situação: 45% Conclusão: mai./2014

Fortaleza



Pinto Martins		Arena Castelão		Mobilidade urbana	
Reforma e ampliação do terminal de passageiros, pátio de aeronaves e adequação do sistema viário. Capacidade anual vai de 6,2 milhões para 6,5 milhões de passageiros.		63.763 lugares (R\$ 8.133 por assento)		Obras: 6	Investimento: R\$ 575 mi
		Previsto	Realizado	Destaque: VLT Parangaba-Mucuripe (veículo leve sobre trilhos terá 12,7 quilômetros)	
Situação: 25,95% executados (dez./2013)	Previsão de entrega da primeira etapa da obra até março	Custo	R\$ 623 mi		
Investimento: R\$ 311,3 mi		Inauguração	dez./2012	dez./2012	Situação: 47% Conclusão: jun./2014

Ampliação de aeroportos é o principal legado

Se os gastos com a construção de 12 estádios viraram alvo de críticas e protestos, as obras programadas para os aeroportos eram mais do que necessárias e esperadas. Com o setor crescendo em ritmo acelerado, os projetos de ampliação dos terminais de passageiros e das pistas de pouso incluídos na *Matriz de Responsabilidades* já eram há muito demandados.

A pesquisa DataSenado encomendada pela revista **Em Discussão!** comprova que a opinião pública considera os aeroportos como o maior legado palpável da Copa. Para a ampla maioria (86%), se não fosse a Copa, os aeroportos não seriam reformados. Só 13% acreditam que, mesmo sem o Mundial, tais obras aconteceriam.

A expansão do setor tem sido de cerca de 12% ao ano na última década. “É importante ressaltar que, mesmo na ausência de grandes eventos, o Brasil precisaria investir muitos bilhões de reais apenas para atender o atual ritmo de crescimento da economia e dos investimentos”, escreveram Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Frederico Hartmann de Souza,

pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), na nota técnica *Aeroportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações* (2011).

Concessões

Como explica o *1º Balanço da Copa*, divulgado pelo governo federal em janeiro de 2011, o plano original era que o Executivo, por meio da estatal Infraero, investiria R\$ 6,5 bilhões para que as cidades-sede estivessem preparadas para atender o crescente fluxo de passageiros até 2014. Trinta obras

seguiram listadas no *5º Balanço*, do final do ano passado, mas, entre um e outro documento, vieram os leilões de concessões que entregaram a consórcios privados a exploração dos aeroportos de Brasília, São Gonçalo do Amarante (RN), Guarulhos (SP) e Campinas (SP).

Os consórcios assumiram a maior parte dos investimentos e, com isso, os gastos públicos caíram para R\$ 2,7 bilhões do novo total, de R\$ 6,3 bilhões. Em novembro passado, 10 das 30 intervenções estavam concluídas, mas, desde então, muitas obras foram

JIMMY CHRISTIAN/AGÊNCIA SENADO



Aeroporto de Guarulhos investe R\$ 2,9 bi para a Copa: novo terminal de passageiros inicia operações em maio

Manaus



Eduardo Gomes		Arena Amazônia			Mobilidade urbana
Reforma e ampliação da área do terminal. Capacidade salta de 6,4 milhões para 13,5 milhões de passageiros/ano.		44.480 lugares (R\$ 15.051 por assento)			A cidade pediu no final de 2013 a exclusão das duas obras previstas na <i>Matriz de Responsabilidades</i> original — uma linha de BRT e o monorilho Norte-Centro — porque não ficariam prontos a tempo. As obras, que não começaram, tinham previsão de custo de R\$ 1,6 bi .
Situação: 83,69% executados (dez./2013)	O restante prometido até 30 de abril	Previsto	Realizado		
Investimento: R\$ 444,4 mi		Custo	R\$ 515 mi	R\$ 669,5 mi	
		Inauguração	dez./2013	mar./2014	

Natal



*10.600 temporários

Governador Aluizio Alves, São Gonçalo do Amarante		Arena das Dunas			Mobilidade urbana
Construção de novo aeroporto, a 40 quilômetros da capital e alternativo ao atual (Augusto Severo, em Parnamirim). Novo aeroporto tem 40 mil m ² , 45 balcões de check-in e atenderá 6,2 milhões de passageiros/ano.		42.024 lugares* (R\$ 9.518 por assento)			Obras: 3
Situação: 86% concluídos (fev./2014)	Previsão de entrada em operação em 15 de abril	Previsto	Realizado		Destaque: Corredor Estruturante Zona Norte-Arena das Dunas (complexo viário ligando aeroporto-hotéis-estádio)
Investimento: R\$ 410 mi		Custo	R\$ 350 mi	R\$ 400 mi	
		Inauguração	dez./2012	jan./2014	Situação: não informada
				Conclusão: mai./2014	

Crescimento em ritmo chinês

Copa ajudou estrangulado setor aéreo a receber investimentos de que precisava



Capacidade ampliada ao final das obras

Em milhões de passageiros/ano

Guarulhos	60
Galeão	30,8
Viracopos	22
Brasília	21
Confins (BH)	17,1
Recife	16,5
Porto Alegre	16,3
Manaus	13,5
Salvador	13
Curitiba	8,5
Fortaleza	6,5
Natal	6,2
Cuiabá	5,7
Total	237,1 milhões

Fontes: Anac, Infraero, Embratur e Ipea



ALESSANDRO DANTAS/AGÊNCIA SENADO

Rodrigo Rollemberg torce para que os cronogramas sejam cumpridos e os torcedores e turistas, bem recebidos

uma das maiores vergonhas que o país já teve, não só pelos aeroportos. Talvez os novos ainda fiquem ‘meia-boca’, mas o pessoal vai viajar, querer conhecer o Brasil e aí vai encontrar a nossa realidade”.

Campos Neto e Souza também mostram preocupação com o cenário, apesar de os investimentos terem saltado de R\$ 503 milhões em 2003 para mais de R\$ 1,3 bilhão em 2013. “As informações sobre as taxas de ocupação dos terminais de passageiros mostram necessidades de investimentos futuros ainda maiores. Isso demonstra que o setor continua sendo planejado com o olho no espelho retrovisor em vez de se preparar para 40 anos à frente”, advertem os pesquisadores do Ipea.

entregues ao público. De acordo com dados da Infraero e das concessionárias privadas, todas as melhorias destinadas ao chamado “ciclo da Copa” deverão estar prontas antes de maio — ainda que, em muitos aeroportos, os passageiros encontrem canteiros de obras e tapumes, pois os projetos completos só chegarão ao final em 2016.

“Torço muito para que a gente

possa cumprir esses cronogramas e possa receber muito bem a população mundial que vem para a Copa e as Olimpíadas e atender, com competência e dignidade, a população, que, cada vez mais, usa os nossos aeroportos”, disse o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Diferente expectativa tinha o senador Cyro Miranda (PSDB-GO): “Vamos passar nessa Copa

Porto Alegre



Salgado Filho	Beira-Rio	Mobilidade urbana	
Ampliação do terminal de passageiros e do pátio de aeronaves. Capacidade ampliada de 13,1 milhões para 16,3 milhões de passageiros.	49.989 lugares (R\$ 6.601 por assento)	Obras: 2	Investimento: R\$ 15,9 mi
Situação: 85% executados (dez./2013)	Piso de desembarque entregue até maio. 2º e 3º pavimentos do terminal só em 2016	Previsto	Realizado
Investimento: R\$ 337,5 mi	Custo	R\$ 130 mi	R\$ 330 mi
	Inauguração	ago./2012	fev./2014
		Situação: 92%	Conclusão: mai./2014

Recife



Guararapes	Arena Pernambuco	Mobilidade urbana	
Construção de nova torre de controle	46.106 lugares (R\$ 11.551 por assento)	Obras: 7	Investimento: R\$ 890 mi
	Previsto	Realizado	
Situação: obra não foi iniciada	Custo	R\$ 529,5 mi	R\$ 532,6 mi
	Inauguração	dez./2012	abr./2013
		Situação: não informada	Conclusão: mai./2014



JOSE CRUZ/AGENCIA SENADO

Senador Cyro Miranda, menos otimista, teme “uma das maiores vergonhas que o país já teve”

Redução de gastos

Como no caso dos estádios, o acompanhamento pelo Congresso Nacional trouxe importante impacto no preço e na qualidade de muitas obras nos aeroportos. Por meio do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Poder Legislativo, a fiscalização começou já nos projetos iniciais e enveredou pelo processo de concessões de alguns terminais.

Em 2011, o TCU determinou que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) reduzisse os valores estimados para as obras a serem

feitas pelas futuras concessionárias de três aeroportos — R\$ 1,631 bilhão para Guarulhos, R\$ 2,334 bilhões para Viracopos e R\$ 740 milhões para Brasília. As mudanças elevaram os valores arrecadados pelo governo nos leilões.

Em relatório de abril de 2013, o TCU alertou o Gecopa e outros entes públicos para o fato de que a conclusão das obras até o início da competição era uma condição essencial para que elas fizessem uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), assim como para o aumento nos limites de endividamento dos estados e municípios, aprovados pelo Senado.

O Legislativo, via TCU, agiu para corrigir rumos e economizar recursos públicos em obras da Infraero. No caso do aeroporto de Manaus, a economia chegou a R\$ 70 milhões, graças à redução de

quantias de materiais e dos preços nos equipamentos das pontes de embarque e esteiras de bagagem.

Em Salvador, R\$ 4,8 milhões foram reduzidos ainda na licitação. O novo aeroporto que atenderá Natal, em São Gonçalo do Amarante, teria custado pelo menos R\$ 50 milhões a mais, caso o órgão de controle externo do Congresso Nacional não tivesse identificado superestimativas nos sistema de infraestrutura e nos reinvestimentos previstos.

No Aeroporto de Confins, de Belo Horizonte, exigências do edital restringiam o caráter competitivo da licitação para a obra, aliadas a indícios de sobrepreço. A intervenção do TCU rendeu uma economia ao erário de R\$ 72 milhões. Em Porto Alegre, foram identificados os mesmos problemas no edital e a obra, de menor porte, teve o preço final reduzido em R\$ 300 mil. (SG)



JOSE ZAMITH DE OLIVEIRA FILHO/PORTAL DA COPA

Projeto de Manaus continha alguns problemas, detectados a tempo pelo TCU: economia de R\$ 70 milhões

Rio de Janeiro



Antônio Carlos Jobim, Galeão		Maracanã			Mobilidade urbana	
Reforma do terminal 1, conclusão da reforma do terminal 2 e revitalização dos sistemas de pistas e pátios. Ao final, poderá atender 30,8 milhões de pessoas por ano (77% de aumento).		78.639 lugares (R\$ 13.352 por assento)			Obras: 3	Investimento: R\$ 1,9 bi
Situação: 48% executados (jan./2014)	Término de um dos três setores previsto para abril de 2014. Os demais, depois da Copa	Previsto	Realizado		Destaque: BRT Transcarioca (faixa exclusiva de 39 quilômetros com 2 terminais e 36 estações, ligando a Barra da Tijuca ao Aeroporto do Galeão)	
Investimento: R\$ 439 mi		Custo	R\$ 600 mi	R\$ 1,05 bi	Situação: 90%	Conclusão: jun./2014
		Inauguração	dez./2012	jun./2013		

Salvador



*5 mil temporários

Luís Eduardo Magalhães		Arena Fonte Nova			Mobilidade urbana	
Reforma e adequação do terminal de passageiros, aumento do pátio de aeronaves e nova torre de controle. Não haverá alteração na capacidade de passageiros/ano (13 milhões).		55.045 lugares* (R\$ 12.524 por assento)			Obras: 2	Investimento: R\$ 19,5 mi
Situação: 46,97% executados (jan./2014)	Nova área de check-in entregue em fevereiro	Previsto	Realizado		Destques: Rotas de Pedestres	
Investimento: R\$ 127,3 mi.		Custo	R\$ 591,7 mi	R\$ 689,4 mi	Situação: 30%	Conclusão: jun./2014
		Inauguração	dez./2012	abr./2013		

Balanço aponta 45 obras de mobilidade urbana

Os projetos de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa foram apresentados pelas prefeituras e governos estaduais ao governo federal em setembro de 2009. Deu-se prioridade na concessão de financiamento federal, por meio do Programa Pró-Transporte (com recursos do FGTS e liberados pela Caixa Econômica Federal), às obras de ligação entre aeroporto, porto, zona hoteleira, terminal rodoviário e o estádio da Copa, ou de melhorias do transporte coletivo urbano como um todo. As premissas eram que as obras assegurassem um legado para a sociedade e que estivessem concluídas antes do início da competição, em maio.

O 5º *Balanço da Copa*, divulgado no final de 2013, celebra as “45 obras concluídas ou em fase de execução na área de mobilidade urbana”. São 17 corredores exclusivos, 10 obras de *bus rapid transit* (BRT) e duas de veículos leves sobre trilhos (VLTs), 16 estações e vários terminais, além da criação de centrais de controle de tráfego (CCTs) e da expansão e construção de avenidas e obras em entorno de arenas. Estão sendo investidos R\$ 8,02 bilhões em mo-

bilidade urbana, sendo R\$ 4,38 bilhões de financiamento federal.

Para o senador Humberto Costa (PT-PE), as mudanças terão grande impacto no dia a dia do cidadão. “São mais de 40 obras para melhorar a vida da população e facilitar a circulação nas grandes cidades. Intervenções em metrô, corredores de ônibus, terminais rodoviários e avenidas que levarão a uma significativa melhoria na infraestrutura urbana”.

No entanto, muitas obras foram excluídas da *Matriz de Responsabilidades* por falta de projetos consistentes ou verbas suficientes — ou ambos. Algumas foram transferidas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Brasília sonhava alavancar o projeto de VLT ligando o aeroporto ao centro, mas a obra, adiada por problemas legais, acabou excluída da lista para a Copa.

Atrasos e cancelamentos

Restou a duplicação da avenida que liga o aeroporto ao Eixo Rodoviário Sul. “A obra está dentro do cronograma, com aproximadamente 80% de conclusão. A entrega está prevista para maio”, prometia, em março, a Coordenadoria de Comunicação para a Copa do governo local. Pelo cronograma original incluído na *Matriz* de 2010, tudo estaria pronto em novembro de 2011.

Porto Alegre, o

caso mais crítico, começou com dez obras no planejamento, mas lutava, em fevereiro passado, para concluir dentro do prazo fatal as duas obras que sobreviveram aos cortes.

“Não haverá grande prejuízo para a realização da Copa, porque Porto Alegre já dispõe de uma infraestrutura de acesso ao Aeroporto Salgado Filho e ao Estádio Beira-Rio. O metrô já chega ao aeroporto há muito tempo. Há também um acesso muito bom ao estádio”, garantiu o ministro do Transporte, Aldo Rebelo, em debate no Senado.

O cenário nacional é o mesmo: até março, nas 12 cidades-sede só havia cinco obras concluídas — nenhuma era de grande porte: a Estação Cosme e Damiano do metrô e o Viaduto da BR-408, em Pernambuco (intervenções próximas ao estádio); as vias de acesso à Fonte Nova, em Salvador; o corredor de ônibus Arrudas-Teresa Cristina, em Belo Horizonte; e a reforma do Terminal Santa Cândida, em Curitiba.

Em debate na Comissão de Educação (CE) sobre o andamento das obras, o TCU relatou que, segundo a Caixa (financiadora de todas, menos uma das obras listadas), apenas 56% dos repasses haviam sido feitos até março. A previsão era que grande parte não ficaria pronta para a Copa.

“A situação das obras de mobilidade urbana tem sido objeto de preocupação por parte do TCU, visto que são empreendimentos

São Paulo



Guarulhos	
Construção do terminal de passageiros 3 e a ampliação do pátio de aeronaves. Somente o novo terminal elevará a capacidade em 12 milhões de passageiros por ano.	
Situação: 95% concluídas (mar./2014)	O novo terminal de passageiros tem previsão de entrada em operação em 11 de maio
Investimento: R\$ 2,9 bi	

Viracopos		Arena Corinthians		Mobilidade urbana	
Construção de um novo módulo operacional, adequação do terminal de passageiros existente e construção de um novo terminal de passageiros e pátio. Capacidade passa de 14 milhões para 22 milhões de passageiros/ano.		68 mil lugares (R\$ 12.058 por assento)		Obras: 1	Investimentos: R\$ 548,5 mi
Situação: reforma do atual terminal já entregue	Até maio, será inaugurado o novo terminal, em uso durante a Copa do Mundo apenas para voos internacionais e para as sete seleções que vão utilizar Viracopos	Custo	R\$ 820 mi	Previsto	Realizado
Investimento: R\$ 1,2 bi		Inauguração	dez./2013	abr./2014	
				Destaque: melhorias no Complexo Viário de Itaquera , no entorno da Arena Corinthians	
				Situação: 89%	Conclusão: abr./2014





MARIO ROBERTO DURAN ORTIZ

Vagão do futuro VLT de Brasília: a obra, adiada por questionamentos legais, foi retirada dos planos para a Copa

essenciais à Copa do Mundo de 2014”, destacou o tribunal, atribuindo o problema à morosidade na elaboração dos projetos e na contratação pelos governos das empresas para tocar as obras.

O ex-senador Sérgio Souza, que presidiu até este ano a Subcomissão de Acompanhamento da Copa e das Olimpíadas, tinha esperanças de ver o legado de infraestrutura. Após percorrer todas as cidades-sede, narrou que, no Amazonas, só há o estádio; no Paraná, novas vias de acesso e melhorias no aeroporto e na rodoferroviária, mas o metrô, que estava dentro do PAC da Copa, não saiu do papel.

Frustração

“A maioria dos estados não conseguiu receber os recursos comprometidos para a infraestrutura”, disse o ex-senador, fazendo coro com a conclusão do TCU. Souza só exaltou o esforço de Mato Grosso:

“Vi as vias de acesso, grande quantidade de viadutos, o VLT, o BRT. As coisas estão bem encaminhadas. Se eles não atingirem 100%, ficarão bastante próximos disso nas obras de infraestrutura”.

O senador licenciado e ex-governador Blairo Maggi (PR-MT)

concorda e exalta o efeito catalisador da Copa para a renovação da mobilidade urbana da capital do estado, Cuiabá. “Tenho certeza de que, se não fosse a Copa, talvez daqui a 30 anos não teríamos a quantidade e a qualidade das obras que estamos realizando na cidade.”

Já o senador Pedro Taques (PDT-MT) citou relatório que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso entregou à assembleia legislativa do estado apontando que as 13 obras de mobilidade urbana vistoriadas

têm baixo padrão de acabamento e anomalias estruturais de drenagem, sinalização e acessibilidade, entre outros problemas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) confessou a frustração e temia pelo pior: a imagem do Brasil arranhada por causa da dificuldade de locomoção nas cidades brasileiras. Para o senador, o país não conseguirá “propiciar infraestrutura e logística para que esses eventos ocorram da maneira como queremos, isto é, com o maior êxito em nível nacional e internacional”.



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA SENADO



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Flexa Ribeiro (E) teme ver a imagem do país arranhada por causa da falta de mobilidade urbana. Pedro Taques destacou relatórios apontando baixo padrão e anomalias nas obras



Sandra e Gustavo Borges erguem tocha do Pan 2007 na rampa do Planalto: na primeira experiência, jogos ficaram 10 vezes mais caros

O EXEMPLO não seguido do Pan

JOÃO CARLOS TEIXEIRA

A primeira experiência do país em megaeventos esportivos neste século, os 15º Jogos Pan-Americanos e os 3º Jogos Parapan-Americanos, realizados em 2007 no Rio de Janeiro, hoje é usada como exemplo de falta de planejamento, de gestão e de cuidado com o gasto público. Ainda que orçamentos e prazos para as obras da Copa tenham estourado, a situação atual não se compara com a do Pan, que mudou a atuação dos gestores e órgãos de controle públicos.

Orçado em 2001 por R\$ 390 milhões, o Pan acabou custando cerca de R\$ 4 bilhões, dez vezes os gastos médios das quatro edições anteriores dos jogos. E o valor efetivo pode ter sido ainda maior, tendo em vista que gastos com pessoal do Ministério do Esporte não foram computados e, até hoje, nem o Tribunal de Contas da União (TCU) foi capaz de apontar o custo exato.

“O valor é superlativo, mas o

Propostas de CPI não obtêm apoio mínimo

Diante das alterações constantes, atrasos e seguidos aumentos dos valores dos estádios, foram várias as iniciativas para que o Congresso investigasse os gastos públicos com a Copa do Mundo. Porém, apesar do empenho de deputados e senadores da oposição, as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) não obtiveram o número mínimo de assinaturas para serem criadas.

No ano passado, foram duas as tentativas frustradas de instalação de CPIs. Na primeira, em julho de 2013, acabou arquivado o requerimento encabeçado pelo deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) para abertura de CPI mista (com deputados e senadores) a fim de apurar possível superfaturamento nas obras.

O pedido de investigação, que tinha obtido apoio de 186 deputados e 28 senadores (mais que o mínimo

necessário, de 171 deputados e 27 senadores), não foi adiante quando quatro senadores — Zeze Perrella (PDT-MG), João Durval (PDT-BA), Jayme Campos (DEM-MT) e Clésio Andrade (PMDB-MG) — retiraram as assinaturas depois que a criação da CPI já havia sido lida em Plenário pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros.

Na época, o senador Paulo Paim (RS), vice-líder do PT, avaliou que a CPI era um reflexo das manifestações observadas nas ruas do país em junho, quando um dos alvos dos protestos foi o gasto com a Copa. Na ocasião, o governo acusou a oposição de querer provocar novas manifestações e tumultos em 2014, ano eleitoral.

Em novembro de 2013, nova tentativa de criação da CPI da Copa, desta vez no Senado, foi levada

que chama mais a atenção em relação aos custos dos jogos não é propriamente o seu montante, mas a evolução da estimativa da despesa ao longo do tempo”, afirmou o relator do processo sobre o Pan no Tribunal de Contas da União (TCU), o ex-ministro Marcos Vilaça.

Isso fica ainda mais evidente quando observados os gastos da União. A previsão inicial, de R\$ 95 milhões, sofreu acréscimos de 1.589%, chegando ao final do evento a R\$ 1,8 bilhão — 70% destes concentrados nos meses que antecederam os jogos.

Em rota inversa, os investimentos privados, projetados para cobrir 27% dos gastos, minguiaram. Para o revezamento da tocha pan-americana, por exemplo, o comitê organizador previu 13 patrocinadores privados, mas não obteve nenhum. E as receitas com patrocínios não foram comunicadas devidamente ao TCU, que reclamou da falta de transparência.

“A necessidade de preservar a imagem do país obrigou a União a assumir gastos sempre que

necessário. Essa percepção de segurança garantida pelo aporte de recursos federais pode ter retirado dos outros entes a dedicação necessária”, afirmou Vilaça.

Atrasos

Os atrasos nas obras foram a regra. Grande parte ficou pronta às vésperas do evento. Houve paralisações por problemas na licitação e no orçamento. Assim, para que tudo ficasse pronto a tempo, foi necessário turnos extras de trabalho, à noite, o que é mais caro. Sem contar que inaugurações a poucos dias das competições impediram testes de equipamentos, como sistemas de segurança (raios X, catracas, credenciamento), cronometragem e telecomunicações.

Para o TCU, o modelo do comitê organizador, de direito privado, com composição parecida à do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), foi uma contradição, já que a quase totalidade dos recursos que custearam o Pan foram públicos. Dezenas de convênios foram firmados com

o comitê, que não conseguiu elaborar projetos com qualidade e celeridade, dificultando licitações e fiscalizações. O TCU apontou que o comitê não realizou tomadas de preços, contratou indevidamente sem concorrência, duplicou pagamentos e não comprovou a execução do que fora contratado.

Soma-se a isso a falta de colaboração entre os governos federal, estadual e municipal por conta de divergências partidárias. À época, o presidente da República era do PT (Lula); o governador, do PMDB (Sérgio Cabral); e o prefeito, do DEM (Cesar Maia).

No que diz respeito ao legado, assim como no caso da Copa do Mundo, há dificuldades de apontar os benefícios do Pan para o Rio de Janeiro. Imediatamente, porém, as reclamações se concentraram na falta de obras de infraestrutura de mobilidade urbana que melhorassem a vida da população.

“Nenhuma obra de relevância foi planejada ou realizada na cidade em decorrência do

adiante pelo senador Mário Couto (PSDB-PA). Com seis assinaturas a mais que o mínimo necessário para a investigação, o requerimento foi invalidado depois que nove senadores retiraram apoio — Ivo Cassol (PP-RO), Lobão Filho (PMDB-MA), João Alberto Souza (PMDB-MA), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Cícero Lucena (PSDB-PB), Wilder Moraes (DEM-GO), Clésio Andrade, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Paulo Davim (PV-RN).

Segundo Couto, o principal articulador para a retirada das assinaturas foi Zeze Perrella. “Trabalhei para que a CPI não acontecesse. Tem 66 senadores nesta Casa que não querem CPI”, admitiu Perrella, que, na ocasião, protagonizou um áspero bate-boca com Mário Couto em Plenário.

Os quatro alvos prioritários da CPI no Senado eram a construção dos estádios de Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e Fortaleza. Segundo o Planalto, a estratégia seria abalar gover-



Autor do pedido de CPI, Mário Couto (E) travou debate áspero com Zeze Perrella (D), que ajudou a desarticular a investigação

nadores de partidos da base de apoio do governo: Agnelo Queiroz (PT-DF), Jaques Wagner (PT-BA), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Cid Gomes (Pros-CE).

“É uma vergonha. As suspeitas de superfaturamento nas obras da Copa vão ficar sem investigação! Sem contar a CPI da CBF [Confederação Brasi-

leira de Futebol] na Câmara, que preencheu todos os requisitos e está parada numa fila”, afirmou o deputado Romário (PSB-RJ) por meio de uma rede social, referindo-se a uma CPI que, por iniciativa dele, foi criada na Câmara no final de 2012, mas nunca foi instalada. (JC)



GERALDO IMAGELA/AGÊNCIA SENADO

Lamartine Pereira da Costa admite que, apesar da bagunça e dos escândalos, Pan foi sucesso de público

evento. Ao contrário, algumas iniciativas de intervenções viárias, imaginadas a partir da candidatura da cidade à sede dos Jogos Olímpicos de 2012 (quando o Rio foi finalista, mas não levou o direito de organizar a competição), e que acabaram sendo carreadas nos planos para os Jogos Pan-Americanos, foram arquivadas sem que ao

menos fossem iniciadas”, afirmou o ex-ministro Marcos Vilaça.

Diferentemente do que aconteceu com a Copa do Mundo, a *Matriz de Responsabilidades* do Pan só foi definida em fevereiro de 2007, a quatro meses do evento. No documento, a projeção dos gastos (R\$ 3,6 bilhões) já ficou bastante próxima do custo final. Aliás, a elaboração tempestiva do documento foi uma das principais recomendações do TCU ao governo federal, ao final do Pan.

Alerta do TCU

Já em 2007, o TCU deixou um alerta que, mais tarde, foi cobrado pela população nas manifestações de junho de 2013: “O governo deve avaliar a importância de financiar grandes eventos esportivos em detrimento às demais áreas carentes de melhoria, a exemplo da saúde e educação, analisando os possíveis benefícios advindos”.

Porém, ainda que o Pan seja exemplo de falta de governança pública, tanto o TCU quanto especialistas reconhecem que os jogos foram sucesso de público e de audiência, sem registrar maiores

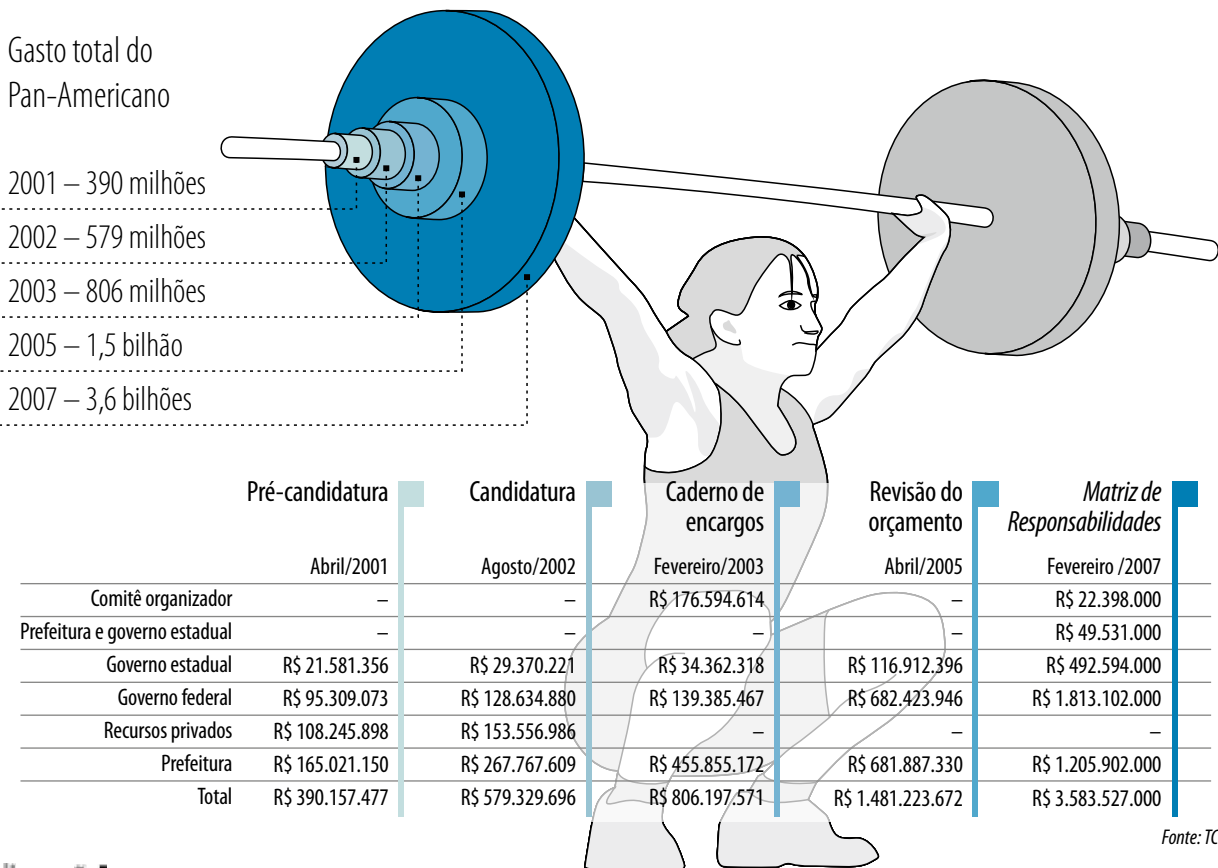
problemas de segurança ou nas competições, credenciando o país a receber outros eventos, como a Olimpíada de 2016.

“O Pan foi uma bagunça! Era escândalo em toda parte, não somente de recursos, mas de falta de gestão. Uma podridão! E o que aconteceu? Como na Copa das Confederações, todos cantaram o Hino Nacional e foi um grande sucesso de público. Estamos criando um modelo inusitado de megaevento: uma porcaria de organização, mas para o qual a população vai em peso, como se fosse no Carnaval, por algum fenômeno que não ousou explicar”, diz o professor Lamartine Pereira da Costa, da Universidade de São Paulo (USP).

Um mês após o final do evento, o então ministro do Esporte, Orlando Silva, e o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Eles ressaltaram aos senadores os resultados positivos dos jogos e o seu significado para o Brasil que, meses mais tarde, seria confirmado como sede da Copa de 2014.

Levantamento de custos

Melhor referência para total de gastos (R\$ 3,6 bi) é anterior ao evento. Custo exato do Pan 2007 é desconhecido até hoje



Em busca de espaço no turismo mundial

RICARDO WESTIN

Chega a ser covardia pôr as estatísticas brasileiras de turismo ao lado das francesas. Enquanto o Brasil recebeu 5,7 milhões de estrangeiros em 2012, a França contabilizou 83 milhões. A passeio ou a trabalho, visitou o território francês um contingente 26% maior do que a totalidade dos habitantes do país. Aqui, os turistas equivaleram a 2,8% da população brasileira. Até mesmo a Notre-Dame sozinha bate o Brasil — atravessam os portões da catedral de Paris, por ano, mais de 8 milhões de estrangeiros.

O Brasil tem proporções continentais e conta com belas paisagens naturais e cidades ricas em cultura. Na visão dos estrangeiros, o sol brilha o ano inteiro e o povo é alegre e receptivo. Apesar de tantos atrativos, está longe de aparecer entre os campeões do turismo internacional.

No ranking mundial, aqueles 5,7 milhões de viajantes colocam o Brasil numa modesta 41ª posição, perdendo para lugares como Turquia (35,7 milhões), México (23,4 milhões), Cingapura (10,4 milhões), África do Sul (9,2 milhões) e Portugal (7,7 milhões).

Belezas da Amazônia

Para virar o jogo, o governo e os empresários do turismo apostam na Copa do Mundo como uma oportunidade preciosa. Durante as quatro semanas de jogos, pelos cálculos do governo, o Brasil atrairá, ao todo, algo em torno de 600 mil turistas estrangeiros, principalmente de países vizinhos. Não chega a ser um número extraordinário. O Brasil recebeu em 2012, em média, 475 mil visitantes a cada mês. Pelas reservas feitas até agora, já se sabe que os hotéis das 12 cidades-sede terão quartos ociosos durante o Mundial.

Os frutos, na realidade, não serão todos colhidos agora, mas no médio e no longo prazo. A grande valia da Copa em termos turísticos é apresentar o Brasil ao mundo e, assim, despertar nas pessoas a vontade de escolher o país como o destino das próximas férias.

Entre junho e julho, o futebol será um tema onipresente no noticiário mundial. Em 2010, a Copa da África do Sul foi vista por 3,2 bilhões de telespectadores — quase a metade do planeta. Os jornalistas que vierem ao Brasil para narrar os jogos aproveitarão a viagem para fazer reportagens sobre o país e os brasileiros. Em março, por exemplo, a prestigiosa emissora britânica BBC enviou o ex-jogador David Beckham ao país para que ele protagonizasse um documentário sobre as belezas da Amazônia.

“É uma chance que não podemos perder. Hoje recebemos

MATHEUS LINCOLN



Turistas visitam o Corcovado, no Rio: Brasil tem um dos maiores potenciais turísticos do mundo, mas ainda não consegue explorá-los

em torno de 6 milhões de turistas por ano. Queremos receber pelo menos o dobro disso após a Copa”, afirma Neusvaldo Lima, diretor do Departamento de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo.

Cursos de idiomas

O Brasil, no entanto, enfrenta como ponto fraco a posição no globo. O país está longe dos grandes emissores de turistas, como os Estados Unidos e a Europa. Os vizinhos são países relativamente pobres. A África do Sul tem essas mesmas características e não perdeu a chance trazida pela Copa de 2010. Entre 2009 e 2011, a chegada de turistas internacionais ao país africano cresceu 19%. No mesmo período, o aumento do fluxo no Brasil e no mundo como um todo ficou em torno de 12%.

Para que mais turistas se interessem, porém, é importante que

os visitantes que estiverem no Brasil para a Copa voltem para casa levando uma boa imagem do anfitrião. Por isso, o governo precisa tomar todas as providências para que eles não vejam jogos em estádios sem lanchonetes ou banheiros decentes, não percam o voo porque ficaram presos num engarrafamento, não esperem de pé nas salas lotadas dos aeroportos por falta de assento, não se percam nas cidades porque não há sinalização, não sejam mal atendidos em hotéis e restaurantes por ausência de funcionários que falem inglês etc. As redes sociais farão fotos, vídeos e relatos do Brasil avançar pelo mundo num efeito avalanche — se a conexão à internet não estiver congestionada. Qualquer falha virará notícia.

Da mesma forma que os estádios, os aeroportos e a mobilidade urbana, o turismo conta também com verbas específicas. O governo federal, os estados e as prefeituras prometeram aplicar em projetos turísticos R\$ 170 milhões — 6,5% dos recursos públicos da Copa

(o suficiente, a título de comparação, para construir e equipar três hospitais públicos de médio porte).

Com o dinheiro, o plano é comprar placas de sinalização para as 12 cidades, construir e ampliar quiosques de orientação aos turistas, instalar rampas e elevadores em atrações turísticas (para pessoas com dificuldade de locomoção) e treinar 240 mil pessoas em cursos de línguas (inglês, espanhol e francês) e de formação profissional (de cozinheiros, garçons, recepcionistas, camareiros, guias de turismo de aventura etc.).

Novos hotéis

Em outra frente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu uma linha de crédito especial para a reforma e a construção de hotéis nas 12 cidades-sede da Copa. Ao todo, o banco estatal pôs à disposição dos empresários R\$ 2 bilhões, com condições mais generosas do que as que costuma oferecer ao mercado: juros mais baixos e prazos para quitação do empréstimo mais extensos.

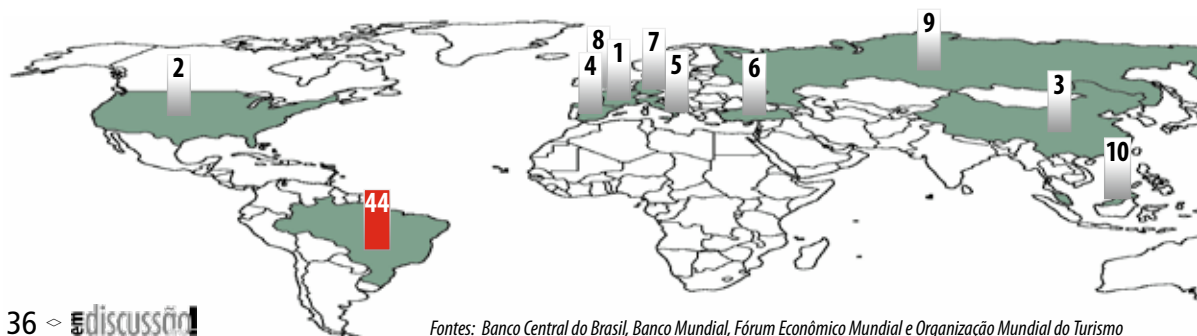
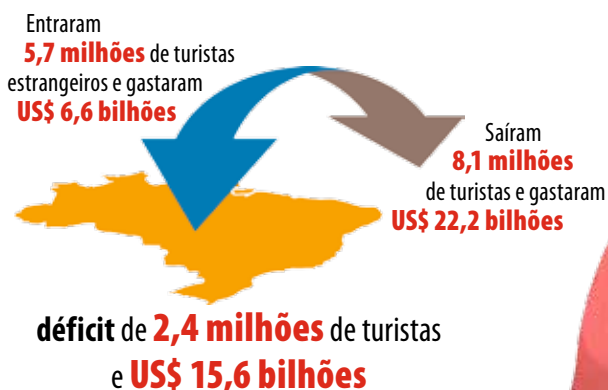
As coisas não estão saindo

Posição secundária

Apesar do grande potencial, o Brasil está muito longe de figurar entre os campeões do turismo internacional

	Visitantes estrangeiros (milhões)	Em relação à população nacional
1 França	83	126%
2 EUA	67	21%
3 China	57,7	4%
4 Espanha	57,7	125%
5 Itália	46,4	76%
6 Turquia	35,7	48%
7 Alemanha	30,4	37%
8 Reino Unido	29,3	46%
9 Rússia	25,7	18%
10 Malásia	25	85%
...
44 Brasil	5,7	2,8%

A balança do turismo é deficitária no Brasil. O país mais envia turistas para o exterior do que recebe visitantes estrangeiros. Os dados são de 2012



exatamente conforme o planejado. Dos R\$ 2 bilhões oferecidos, o BNDES só emprestou pouco mais da metade. Os empresários argumentam que o banco exagerou nas exigências burocráticas.

Quanto aos 37 projetos de sinalização, quiosques e acessibilidade, todos a serem executados por estados e municípios com verbas federais, o Tribunal de Contas da União (TCU) constatou em fevereiro, a quatro meses da Copa, que nenhum havia sido iniciado naquele momento.

Segundo o Ministério do Turismo, os prefeitos e governadores tiveram problemas com os estádios e as obras de mobilidade urbana, que atrasaram, e acabaram relegando os projetos de turismo a segundo plano. Para o TCU, muitos deles não sairão do papel a tempo para a Copa do Mundo.

Dificuldades operacionais à parte, investir na infraestrutura e na profissionalização é

uma decisão acertada. O turismo, quando bem aproveitado, pode ser crucial para a economia de um país. Os visitantes gastam com transporte, hospedagem, alimentação, compras e lazer. A pujança do setor interessa aos empresários, porque fortalece os negócios; aos cidadãos comuns, porque cria empregos; e ao governo, porque aumenta a arrecadação de impostos.

Em 2011, os viajantes internacionais deixaram US\$ 6,8 bilhões no Brasil. Na minúscula ilha de Hong Kong, US\$ 33,7 bilhões. Nos Estados Unidos, US\$ 185,8 bilhões.

Visto de entrada

“Muitos países em desenvolvimento, como a África do Sul, a Malásia, a Tailândia e a Turquia, já utilizam o turismo como instrumento de desenvolvimento. O Brasil tem um potencial imenso e também pode conseguir números expressivos”, diz Márcio Favilla, diretor-executivo da Organiza-

ção Mundial do Turismo (ligada à ONU).

Os empresários do turismo veem com bons olhos os desembolsos do governo. Segundo eles, os aeroportos pequenos e antiquados, a escassez de hotéis de luxo e de padrão internacional, os trabalhadores com formação deficiente e a falta de quiosques de orientação aos turistas são grandes gargalos. Mas não são os únicos. Para eles, as ações tomadas até agora pelo governo não conseguirão, por si sós, tornar o Brasil um destino competitivo na disputa pelos viajantes internacionais.

Os empresários dizem que é preciso facilitar a concessão de vistos de entrada (para explorar a Amazônia, os turistas dos Estados Unidos preferem o Equador e o Peru, que não exigem visto) e aliviar a carga tributária das empresas (o peso dos impostos encarece as diárias dos hotéis e as passagens aéreas).

Também apontam que o governo precisa ser mais rígido contra os aproveitadores (como

Formado por 139 países, o ranking de competitividade turística mostra que o Brasil é o número 1 no quesito atrações naturais, mas fracassa em relação aos preços e ao transporte

1º Recursos naturais
23º Recursos culturais
29º Sustentabilidade ambiental
42º Transporte aéreo

56º Telecomunicações
70º Recursos humanos no turismo
73º Saúde e higiene
75º Segurança
76º Infraestrutura turística

97º Receptividade ao turista estrangeiro
108º Turismo como prioridade do país
114º Regras políticas e regulação do turismo
114º Preços
116º Transporte terrestre





MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Flávio Dino, ex-presidente da Embratur, em audiência no Senado: queixas sobre falta de dinheiro

os vendedores que cobram preços absurdamente mais altos dos estrangeiros e os taxistas que dão voltas e voltas com os visitantes só para a viagem ficar mais cara) e contra a violência urbana (são comuns os comunicados em que autoridades estrangeiras alertam sobre os riscos de viajar para o Brasil).

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), concorda que a violência atrapalha o avanço do Brasil como destino internacional:

“Ainda existe na cabeça dos nossos visitantes aquele pensamento de que é preciso ter cuidado o tempo todo para não ser assaltado. Isso é muito prejudicial para a imagem do Brasil no exterior e precisa ser mudado”.

Publicidade agressiva

O setor do turismo se resente, acima de tudo, de uma estratégia consistente de divulgação do Brasil no exterior.

Nas últimas semanas, a África do Sul vem publicando anúncios com imagens da savana nas principais revistas do Brasil. No mês passado, o México tinha um quiosque no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, com fotos de suas principais atrações. Recentemente, Aruba contratou a Lew’Lara, uma das agências de publicidade mais famosas do Brasil, para criar uma campanha para os meios de comunicação brasileiros.

REPRODUÇÃO



EMBRATUR



O vice-presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav) Leonel Rossi Junior, cita a *Condé Nast Traveler*, a revista de turismo de luxo mais influente do mundo, lida mensalmente por 3,5 milhões de pessoas:

“O Brasil nunca anuncia nessa revista. Você folheia e encon-

tra anúncios da Jamaica, da Croácia, do Peru, da Colômbia, da Riviera Francesa, de Boston, mas não vê absolutamente nada do Brasil. O país destina pouquíssimo dinheiro à divulgação. As campanhas são muito fracas. Sem ações agressivas, não há como aumentar o fluxo de turistas”.

A divulgação do Brasil no exterior cabe ao Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Para cumprir a tarefa, a autarquia do Ministério do Turismo tem para este ano R\$ 130 milhões. Em 2012, a rede varejista Casas Bahia gastou R\$ 1,59 bilhão com propaganda.

O então presidente da Embratur, Flávio Dino, participou de uma audiência pública no Senado em dezembro, organizada pela CDR, e se queixou:

“Nossa verba é irrisória. Com ela, precisamos dar conta de uma série de tarefas, como participar de feiras de turismo, organizar eventos, promover ações de relações públicas, cuidar de mídia digital e fazer propaganda”.

Divulgação gratuita

Segundo Alfredo Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (Abih-RJ) e do Rio Convention & Visitors Bureau, o orçamento da Embratur precisa ser reforçado com urgência porque o Brasil desfrutará de “divulgação gratuita” no mundo somente às vésperas da Copa e enquanto durar o evento:

“Não podemos nos iludir. Passados os jogos, ninguém mais olhará para o Brasil. Os olhos já estarão voltados para o país da Copa de 2018 [Rússia]. O interesse que existe agora não vai se sustentar sozinho. Para não perder a grande oportunidade trazida pela Copa, é preciso que o governo continue incessantemente mostrando a imagem do Brasil no exterior”.

Campanhas da Embratur voltadas aos mercados de língua inglesa e espanhola: para empresários, ações publicitárias são tímidas

Como Brasil, África usou dinheiro público

A realização das Copas vem apontando uma tendência: nos países desenvolvidos, há maior atração de investimentos privados; já nas nações em desenvolvimento, há necessidade de aporte de recursos públicos.

As últimas edições da Copa do Mundo na Alemanha (2006) e na África do Sul (2010) comprovam isso: enquanto os gastos alemães foram menores e preponderantemente privados; no caso africano, os custos foram superiores e, na maioria, públicos, guardando semelhanças com o que acontece no Brasil.

Segundo o estudo *Infraestrutura nas Copas do Mundo da Alemanha, África do Sul e Brasil* (2013), de pesquisadores da Unicamp, entre estádios e infraestrutura de transportes (aeroportos, portos e mobilidade urbana), as Copas da Alemanha e da África do Sul consumiram US\$ 9,1 bilhões e US\$ 17,9 bilhões, respectivamente. E o cálculo oficial é que o Brasil deve fechar a conta em mais de US\$ 11 bilhões.

Na Alemanha, antes e depois do Mundial, os estádios estão frequentemente lotados para eventos, esportivos ou não, com as melhores taxas de ocupação da Europa. Já na África do Sul, pelo menos metade das arenas da Copa estão subutilizadas, o que pode se repetir com boa parte dos estádios brasileiros.



MARCELLO CASAL JR./ABR

Torcedores na abertura do Mundial de 2010, no Estádio Soccer City: cinco das dez arenas estão hoje bastante ociosas

A Alemanha, país com infraestrutura de ponta, construiu apenas um estádio, o Allianz Arena, de Munique — outros 11 já existiam. Segundo o estudo de 2013, o total investido naquele país foi de US\$ 1,9 bilhão. Bem diferente do que aconteceu na África do Sul, 60% dos investimentos na Alemanha foram privados, feitos pelos clubes donos das arenas.

Os investimentos alemães em infraestrutura de transportes totalizaram US\$ 7 bilhões, 80% dos quais financiados pelo governo federal e o restante pelos estados e municípios. Dez das 12 cidades-sede possuíam aeroportos ligados a linhas férreas e metrô, além de linhas de ônibus. A Alemanha recebeu 2 milhões de turistas, quase 20% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

Gastos públicos

A África do Sul investiu mais nos estádios (US\$ 2,3 bilhões) e — apesar de se tratar de um país comparativamente mais pobre e com mais demandas sociais,

como o Brasil — a quase totalidade do valor foi custeada pelo setor público. Metade dos dez estádios foi construída especialmente para a Copa e a outra metade, reformada.

O Estádio Green Point, na Cidade do Cabo, foi o mais caro: US\$ 653 milhões. Construído em uma zona com pouca tradição de futebol, a arena possui manutenção alta e é pouco utilizada. As autoridades locais cogitam a demolição da arena. Outros quatro estádios são mantidos por recursos públicos e raramente recebem partidas de futebol — sediam, principalmente, jogos de rúgbi e críquete, esportes mais populares.

O país africano gastou US\$ 15 bilhões na infraestrutura de transporte, mais da metade para rodovias e o restante dividido entre aeroportos (US\$ 2,4 bilhões), ferrovias (US\$ 2 bilhões) e mobilidade urbana, especialmente o transporte público, que atendeu uma quantidade de turistas quase dez vezes inferior à registrada na Copa da Alemanha. (JC)

Allianz Arena, em Munique, foi a única construída para a Copa da Alemanha. País usou 60% de recursos privados



As regras do **jogo**

A Lei Geral da Copa, que assegura benefícios à Fifa e aos patrocinadores do evento, foi aprovada pelo Congresso após meses de muita polêmica. Isenções fiscais, licitações agilizadas e limite maior para as dívidas dos estados foram outras exceções para a Copa votadas pelo Senado

RICARDO WESTIN

O jogo de estreia do Brasil está marcado para a tarde do dia 12 de junho, em São Paulo, contra a Croácia. Entretanto, a Copa de 2014 já vem mexendo com o brio patriótico dos brasileiros muito antes de a bola rolar. E não é por causa do futebol propriamente dito. Em 2011, o governo federal mandou para o Congresso Nacional sua proposta de Lei Geral da Copa, uma série de normas especiais necessárias para a realização do Mundial e válidas apenas durante o período dos jogos. Nos oito meses em que esteve em análise, até ser aprovada, em 2012, a proposta sofreu toda sorte de acusações — como atropelar leis importantes do Brasil, conceder privilégios excessivos à Fifa e ferir a soberania nacional.

A Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012) diz, por exemplo, que apenas os produtos dos patrocinadores oficiais do Mundial podem ser promovidos e vendidos dentro dos estádios e nas imediações, que as fotos e filmagens das partidas pertencem exclusivamente à Fifa e que o governo pode decretar feriado nacional nos dias em que a Seleção Brasileira jogar. O texto cria crimes que inexistem no Código Penal brasileiro. Durante o Mundial, será proibido reproduzir os símbolos da Fifa sem autorização e divulgar marcas levando a crer que são patrocinadoras do Mundial. Nesses dois casos,

os infratores poderão ser sentenciados a até um ano de prisão.

Esses foram pontos relativamente pacíficos da Lei Geral da Copa. Dos controversos, o mais ruidoso foi, de longe, o que suspendeu o artigo do Estatuto do Torcedor que desde 2010 proíbe aos espectadores portar nos estádios bebidas “susceptíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência”. Dessa forma, abriu-se caminho para que bebidas alcoólicas fossem liberadas nos jogos — mas não qualquer bebida. O objetivo é permitir a venda nos estádios da cerveja Budweiser, que tem com a Fifa um contrato milionário de patrocínio do Mundial. Pelo país, há leis estaduais e municipais que vedam o consumo de álcool de forma mais explícita do que o Estatuto do Torcedor. Elas também foram suspensas.

“Submissão”

“O governo está mais preocupado com os interesses financeiros da Fifa do que com a ordem pública e a segurança dos torcedores. As leis precisam ter como fim beneficiar a sociedade como um todo, e não uma entidade privada. Isso é inaceitável”, afirma o advogado Maurício Faria da Silva, um dos organizadores do livro *O Direito e a Copa do Mundo de Futebol*.

Senadores também não pouparam críticas. Para Magno Malta (PR-ES), é contraditório que o governo libere a bebida nos está-

dios durante a Copa e, ao mesmo tempo, faça campanhas de prevenção do alcoolismo e de divulgação da Lei Seca no trânsito. Cristovam Buarque (PDT-DF) interpretou a decisão de suspender uma parte do Estatuto do Torcedor como uma “submissão muito grande à Fifa”.

A Lei Geral da Copa contempla uma série de exigências da Fifa, entre as quais privilégios para os patrocinadores do Mundial. Tais exigências foram aceitas pelo Brasil na época em que o país era candidato a sede do campeonato.

No Senado, o projeto da Lei



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

A senadora Ana Amélia, que foi relatora da Lei Geral da Copa: proibir bebida em estádio significaria romper acordo do Brasil com a Fifa



Geral da Copa teve como relatores Ana Amélia (PP-RS), Blairo Maggi (PR-MT, licenciado), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ana Amélia diz que ficou “de mãos atadas” e não teve como se opor à liberação do álcool.

“Para ganhar o direito de ser a sede da Copa, o Brasil aceitou liberar a cerveja nos estádios. Eu não poderia romper o contrato. Se fizesse isso, criaria um problema de insegurança jurídica internacional. Não tive opção senão homologar o que o [então] presidente Lula havia prometido à Fifa.”

A senadora afirma temer que, com a brecha aberta para a Copa, os clubes de futebol passem a pressionar pela volta definitiva das bebidas aos estádios. São duas as razões: há fabricantes de cerveja que patrocinam equipes e o comércio de álcool significa renda extra para os clubes donos de estádio. O Ministério Público e as autoridades policiais são radicalmente contrários à liberação após a Copa. Lembram que a “lei seca” conseguiu reduzir drasticamente a violência nos campeonatos.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que

presidiu a Subcomissão Temporária da Copa 2014, diz que a liberação de álcool nos estádios não deverá provocar problemas de segurança na Copa:

“Os jogos da Copa são diferentes dos jogos [nacionais] que têm torcidas organizadas. Na Copa, o torcedor quer o espetáculo e a festa. Não há uma disputa maior, um espírito de briga ou violência”.

Segundo ela, a melhor política pública para o Brasil é a proibição da propaganda de bebidas, e não a venda em determinados locais.

Meia-entrada

A bilheteria foi outro ponto que retardou a aprovação da Lei Geral da Copa. A Fifa, que receberá toda a renda dos jogos, resistia à meia-entrada para idosos, estudantes e pessoas de baixa renda. Esse é um direito que esses grupos, por lei, já têm em espetáculos artísticos, culturais e esportivos. A queda de braço terminou numa espécie de meio-termo entre os direitos já garantidos e as pretensões da Fifa. Os estudantes e as pessoas de baixa renda terão direito à meia-entrada, mas apenas na categoria mais barata de ingressos-

so. Os idosos, por sua vez, terão 50% de desconto em todas as quatro categorias.

“Os estudantes e os participantes dos programas de transferência de renda só poderão ver os jogos nos piores lugares do estádio [normalmente atrás do gol]. É restrição de direito”, critica a advogada Adriana Filizzola D’Urso, que fez parte de comissão da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) que estudou e debateu a Lei Geral da Copa.

Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a lei é um “festival de absurdos”. Ele cita o artigo que proíbe o Brasil de negar o visto de entrada aos representantes e parceiros comerciais da Fifa.

“A Fifa poderá colocar dentro do país quem bem entender. É uma infração indevida e absurda à soberania nacional”, diz. “A Lei Geral da Copa é uma legislação de exceção, tal qual aquelas da ditadura, que entravam em cena para atender aos casuísmos. Ouvi do governo que o Brasil já sabia de todas as imposições quando se propôs a sediar a Copa do Mundo. Se o Brasil já sabia disso, o povo brasileiro não sabia.”

Existe o risco de parte da lei ser anulada. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão julgar uma ação em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) acusa de inconstitucionais três trechos da norma.

A senadora Lídice da Mata e o deputado Renan Filho debateram pontos controversos da Lei Geral da Copa



LÍDICE DA MATA/AGÊNCIA SENADO

O que a Lei Geral da Copa diz

A seguir, os principais pontos da norma, que foi aprovada em 2012



Bebida nos estádios

No evento, ficará suspenso o artigo do Estatuto do Torcedor que proíbe aos espectadores portar nos estádios bebidas “susceptíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência”.



Meia-entrada

Das quatro categorias de ingressos, apenas os da categoria 4, os mais baratos, serão vendidos pela metade do preço a estudantes e a beneficiários de programas federais de transferência de renda (como o Bolsa Família). Os idosos (com 60 anos ou mais), porém, terão assegurado o direito à meia-entrada nas quatro categorias.



Isenções

Se for parte em alguma ação nos tribunais, a Fifa não precisará pagar as custas judiciais e as despesas processuais. Também poderá usar gratuitamente os serviços do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para registrar marcas.



Visto para estrangeiros

O Brasil não poderá negar vistos de entrada aos representantes e parceiros da Fifa, aos jornalistas credenciados e aos torcedores que tenham ingressos para jogos.



Prêmio para campeões

Os jogadores das seleções vencedoras das Copas de 1958, 1962 e 1970 farão jus a um prêmio de R\$ 100 mil. Desses, os que têm baixa renda terão uma pensão mensal (que irá complementar a renda até que se atinja o teto do INSS).

Anúncio da Budweiser para a TV americana: lei liberou álcool nos estádios para beneficiar patrocinadora da Copa

O primeiro ponto é o que obriga o governo a indenizar a Fifa caso a entidade seja prejudicada por algum incidente ou acidente de segurança. Exemplo: se um estádio apresentar problemas estruturais e o jogo precisar ser transferido para outra cidade, caberá ao Brasil cobrir o prejuízo da Fifa com o reembolso dos ingressos e as eventuais ações judiciais movidas por torcedores. A PGR argumenta que isso é inaceitável porque “prevê a dispensa da comprovação da falha administrativa” e responsabiliza o governo “inclusive pelo prejuízo decorrente de atos de terceiros e de fatos da natureza”.

O segundo trecho questionado é o que isenta a Fifa de pagar as despesas judiciais caso se torne parte em ações nos tribunais. Para a PGR, o privilégio “viola manifestamente o princípio da isonomia tributária”.

O terceiro é o que concede um prêmio em dinheiro e uma pensão mensal aos jogadores que venceram as Copas de 1958, 1962 e 1970. Argumenta a PGR: “As vantagens concedidas [aos atletas] são de índole estritamente privada, não envolvendo nenhum projeto de interesse do povo”.

Até a conclusão desta edição, o STF ainda não tinha data para julgar a ação.

Com bem menos alarde, o Brasil ganhou em 2009 uma lei nesses mesmos moldes para as Olimpíadas de 2016, que serão disputadas no Rio. O Ato Olímpico



REPRODUÇÃO

(Lei 12.035/2009), entre outras disposições, protege os símbolos do Comitê Olímpico Internacional (COI) e suspende a locação dos espaços publicitários nos aeroportos no período das competições, para que estejam à disposição do comitê organizador dos jogos.

Grandes eventos

Em 2012, os senadores da Subcomissão Temporária da Copa 2014 organizaram uma audiência pública para ouvir o deputado federal Renan Filho (PMDB-AL), que havia presidido na Câmara uma comissão especial dedicada exclusivamente ao projeto. Ele assegurou que a Lei Geral da Copa não representaria uma submissão do Brasil à Fifa. Para exemplificar, disse que o governo contrariou a entidade ao recusar-se a assumir a responsabilidade por prejuízos decorrentes de catástrofes naturais ou ações terroristas.

“Em nenhum momento a Fifa

questionou a nossa legislação ou quis alterá-la. Pelo contrário. Em certos pontos, cedeu muito mais do que esperávamos”, garantiu.

Na avaliação do advogado Wladimir Vynicius de Moraes Camargos, que é professor de direito esportivo na Universidade Federal de Goiás e autor do livro *Lei Geral da Copa Comentada*, o Brasil precisa criar uma lei geral de grandes eventos esportivos, que serviria para todo tipo de competição internacional — de corridas de Fórmula 1 a Copas do Mundo, de grandes prêmios de vôlei a Jogos Olímpicos.

“Assim, não haveria mais críticas de que se criou uma lei para beneficiar essa ou aquela entidade esportiva internacional. A lei valeria para todos os eventos. Além disso, contaria pontos para o Brasil na disputa para sediar competições. Os organizadores estrangeiros saberiam de antemão que o Brasil já conta com uma legislação adequada”, explica.



Responsabilidade civil

A União assumirá a responsabilidade por qualquer incidente ou acidente de segurança nos jogos que causar danos à Fifa. Para cobrir os riscos, poderá contratar um seguro privado. A responsabilidade só não será da União se a Fifa ou a vítima tiver, de alguma forma, contribuído com o acidente.



Exclusividade comercial

Apenas os produtos das empresas patrocinadoras da Copa poderão ser vendidos nas ruas e anunciados dentro do perímetro de dois quilômetros ao redor dos estádios. Os estabelecimentos comerciais que já se localizam nesse espaço poderão funcionar normalmente.



Novos crimes

Passarão a ser crimes, puníveis com multa ou prisão, usar os símbolos oficiais da Copa sem a autorização da Fifa e divulgar produtos de modo a fazer crer que são patrocinadores do Mundial.



Férias escolares

As escolas, tanto públicas quanto privadas, serão orientadas a alterar o calendário letivo de modo que as férias coincidam com o período da Copa.



Feriados

O governo poderá decretar feriado nacional nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira. Estados e municípios também poderão declarar feriados os dias de partidas em seus estádios.

Isenção de imposto beneficia obras

JOSEANA PAGANINE

Parte significativa dos investimentos nas obras para a Copa está sendo feita com isenção fiscal. Até setembro de 2013, o governo federal já tinha deixado de arrecadar R\$ 624,3 milhões com a aplicação do regime especial de tributação sobre materiais e serviços usados por empresas selecionadas pelo Ministério do Esporte.

O regime, que recebeu o nome de Recopa, foi aprovado pelo Congresso em 2010 (Lei 12.350). Na prática, concede isenção de oito taxas

sobre importações de bens e mercadorias para uso exclusivo na realização da Copa, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) sobre a importação.

Entre as empresas e instituições envolvidas com a Copa, a Fifa foi a principal beneficiada pela renúncia fiscal. A lei concedeu à enti-

Estádios que mais usaram a renúncia fiscal da União

Maracanã (RJ)	R\$ 119,4 milhões
Arena Corinthians (SP)	R\$ 83,3 milhões
Beira-Rio (RS)	R\$ 62,1 milhões
Mineirão (MG)	R\$ 61 milhões
Arena das Dunas (RN)	R\$ 52,1 milhões

Fonte: 5º Balanço da Copa



Para Aldo Rebelo, renúncia atende o interesse público: “Não há dinheiro do orçamento federal nos estádios”

dade suíça e à sua subsidiária no Brasil isenção de praticamente todos os tributos federais. Também desonerou produtos nacionais adquiridos no mercado brasileiro pela Fifa e subsidiária ou por qualquer outra empresa para utilização no evento.

Controle

Para o ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU) Valmir Campelo, que até o início de abril foi relator da fiscalização das despesas relativas à Copa de 2014, os benefícios fiscais são gastos públicos. Isso porque, ao diminuir o custo de obras e outros produtos, a renúncia fiscal implica menor arrecadação.

“Caso uma obra custasse R\$ 900 milhões e, em face da Lei 12.350/2010, tenha seu valor reduzido para R\$

800 milhões, a *Matriz de Responsabilidades* deveria continuar anotando o montante de R\$ 900 milhões, com R\$ 800 milhões de custos sob responsabilidade do estado e outros R\$ 100 milhões da União, por renúncia tributária”, explicou o ministro na decisão do TCU que determinou a incorporação dos valores de renúncia fiscal aos custos das obras.

Em audiência pública no Senado, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, ressaltou que o governo federal está investindo apenas recursos indiretos na Copa, por meio do mecanismo de renúncia fiscal. “Não há dinheiro do orçamento federal para a construção de estádios. O governo resolveu aplicar a renúncia levando em conta o interesse público, geração de empregos, geração de renda, geração



Reforma do Maracanã se valeu de benefícios fiscais dados pela União e pelo estado do Rio de Janeiro: obra está na casa do bilhão de reais

de tributos novos a partir do dinamismo da economia”, justificou.

Na avaliação dele, a renúncia fiscal é prática comum na administração pública e é empregada para apoiar setores da economia de acordo com o interesse público. Ele citou o caso dos jornais impressos, cujo papel é isento de imposto, e o da indústria automobilística.

A Lei 12.350/2010 prevê que, até 1º de agosto de 2016, o Poder

Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional a prestação de contas relativa à Copa das Confederações, realizada em 2013, e à Copa do Mundo. Além do montante de renúncia fiscal e do custo total das obras do Recopa, o governo deverá informar os números de arrecadação, de geração de emprego e de visitantes estrangeiros vinculados aos eventos.

Isenções estaduais

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado rejeitou em agosto passado o projeto do governo federal (PLC 107/2012) que autoriza estados e municípios a isentar a Fifa do Imposto sobre Serviços (ISS) em operações relacionadas à Copa do Mundo. De acordo com o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta de lei complementar não fixou as alíquotas mínima e máxima para concessão da renúncia fiscal, como exige a Constituição federal.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) entende que os municípios têm orçamento pequeno e não conseguem sequer arcar com as despesas de saúde e educação.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Anibal Diniz defende renúncia de imposto municipal e estadual como parte do acordo das cidades para sediar jogos

“A União quer impor aos municípios mais isso: que renunciem a uma receita em nome de uma entidade internacional”, reclamou.

Já o senador Anibal Diniz (PT-AC) acredita que, se os estados tiveram interesse em sediar os jogos, devem assumir o compromisso. A proposta foi aprovada na Câmara em 2012, mas está parada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado desde agosto do ano passado.



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Para Alvaro Dias, isenção do ISS à Fifa é inconstitucional. Com base no argumento, proposta foi rejeitada em comissão

Projeto renegocia dívidas de times de futebol

Comissão especial da Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 6.753/2013, do deputado Renan Filho (PMDB-AL), que renegocia as dívidas tributárias federais de times de futebol e outras instituições esportivas. A proposta também altera os prêmios pagos pela loteria Timemania, que fica isenta de pagar Imposto de Renda.

De acordo com o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (Proforte), serão renegociadas dívidas acima de R\$ 20 mil, em até 20 anos. Até 90% da parcela mensal poderá ser paga com a concessão de bolsas a atletas e investimentos em equipamentos e infraestrutura. Apenas



TITO MARTINS

Sede do Botafogo: se aprovado, projeto beneficiará, entre outros times, o clube carioca, um dos maiores devedores

os 10% restantes serão pagos em dinheiro.

De 2003 a 2012, a receita acumulada dos 100 maiores clubes brasileiros foi de R\$ 3,5 bilhões. Nesse mesmo período, o endivi-

damento chegou a R\$ 5,5 bilhões. Boa parte da dívida vem de empréstimos bancários e de compromissos acima da capacidade de pagamento, como a compra de jogadores. (JP)



Para agilizar obra, Aeroporto de Salvador usou novo tipo de licitação: edital com apenas um anteprojeto de engenharia

Antes só para o Mundial, RDC pode ter uso geral

Aprovado por medida provisória (MP) pelo Congresso em 2011, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) buscava maior agilidade para as licitações para a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016 e para obras de infraestrutura nas cidades-sede dos eventos. Porém, está prestes a se transformar em um novo regime geral de contratações de obras pelo setor público.

Transformada na Lei 12.462, a proposta simplifica o processo da Lei 8.666/1993, a Lei de Licitações. Aos poucos, foram sendo incluídas na lei as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Agora, a MP 630/2013 insere sob o novo regime a construção, ampliação e reforma de presídios e unidades de atendimento socioeducativo. Mas o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) sobre a MP, já aprovado por comissão especial, vai além: estende o RDC para todas as licitações e contratos da União, estados e municípios.

“Você ganha em tempo e em responsabilidade. Não tenho dúvidas de que é um ganho para a

contratação pública”, disse Gleisi.

Uma das obras previstas para a Copa que se beneficiou do RDC foi a reforma do Aeroporto de Salvador. De acordo com relatório do Tribunal de Contas da União, a contratação do terminal de passageiros e do acesso viário se deu por R\$ 82,4 milhões, bem acima da previsão de R\$ 15,4 milhões.

Controverso

Em audiência pública no Senado, o assessor do TCU Rafael Jardim Cavalcante avaliou que, entre os benefícios, estão a redução do tempo licitatório e o fim do monopólio do menor preço. Mas ressaltou: “Em contrapartida, o RDC aumenta a discricionariedade do gestor, que terá mais responsabilidade”.

Já o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), José Roberto Bernasconi, criticou o RDC. “O novo regime permite comprar rapidamente produtos de má qua-

lidade. Licitação de engenharia é técnica. Precisamos aprender a licitar já com o projeto completo da obra, evitando prazos mal dimensionados e imprevistos”, ponderou.

O RDC, terceira tentativa do governo federal de agilizar as licitações para a Copa e para os Jogos Olímpicos de 2016, não foi aprovado com facilidade. Em defesa do novo regime, o relator no Senado, Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumentou que o



GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Rafael Jardim Cavalcante, do TCU: novo tipo de concorrência aumenta responsabilidade do gestor público



José Roberto Bernasconi, do Sinaenco, entende que RDC “permite comprar rapidamente produtos de má qualidade”

GERALDO IMAGELA/AGÊNCIA SENADO

mecanismo serve inclusive para aumentar a competitividade entre os licitantes, o que pode ter impacto na redução dos preços.

“Muitos argumentam que se pode criar uma situação de mais abusos. Ora, temos instrumentos de controle inigualáveis, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal. Por isso, não tenho receio que a lei possa abrir brechas para algo descabido”, afirmou Inácio.

Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) entende que há subjetividade demais no RDC, o que pode dar poder exagerado ao gestor inescrupuloso. “As leis devem ser impessoais, abstratas e genéricas. O RDC deve ser um regime de exceção”, concluiu.

Após a aprovação da matéria no Congresso, duas ações diretas de

inconstitucionalidade (ADI) contra a lei foram ajuizadas e aguardam a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A primeira por PSDB, DEM e PPS e a segunda pelo então procurador-geral da República, Roberto Gurgel. As duas ações ainda não foram julgadas pelo tribunal.

Gurgel lembra que, de acordo com a Constituição, o processo de licitação deve assegurar igualdade de condições aos concorrentes. Mas ele entende que a lei não fixa parâmetros mínimos para identificar as obras, as compras e os serviços que deverão ser realizados por meio do RDC. Como resultado, delega-se desproporcional poder de decisão ao Executivo.

Inconstitucionalidade?

Para o ex-procurador-geral, a experiência mostra o risco que essa delegação representa para o patrimônio público. “Por ocasião dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a União, o estado e o município do Rio de Janeiro não conseguiram organizar-se e identificar as obras e serviços que deveriam ser realizados. Essa foi uma das razões para que o orçamento inicial do evento, de R\$ 300 milhões, tenha sido absurdamente ultrapassado, com um gasto final na

ordem de R\$ 3 bilhões”, concluiu.

Na avaliação do ministro aposentado do TCU Valmir Campelo, o novo regime amplia as ferramentas para que o gestor escolha a proposta mais vantajosa para a administração pública. “Existiu uma ampliação da liberdade para, motivadamente, melhor contratar. Havia certo engessamento na Lei das Licitações na escolha do que será melhor. A dificuldade na compra de canetas esferográficas e de café é emblemática dessa constatação”, avaliou.

“Obviamente que essa maior liberdade enseja um maior dever de justificar esse melhor caminho. Essa modificação conceitual não somente exigirá maior capacitação dos gestores, como também a troca das lentes dos órgãos de controle”, concluiu. (JP)



Principais mudanças

Contratação integrada

Mecanismo simplificado já empregado pela Petrobras. Por esse modelo, o edital da licitação conterá apenas um anteprojeto de engenharia, com a caracterização da obra ou serviço, menos detalhado e preciso que o projeto básico, hoje previsto pela Lei 8.666. O julgamento das propostas terá por base a combinação de técnica e preço.

Sigilo

A lei também prevê vigência de sigilo durante toda a licitação. O orçamento só se tornará público ao final do processo. Antes disso, somente os órgãos de controle interno e externo poderão conhecer os dados do orçamento. Esse princípio é contrário à Lei de Licitações, que diz, expressamente, que “a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura”.



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

O senador Inácio Arruda confia nos mecanismos de controle e no aumento da concorrência. Para a senadora Lúcia Vânia, RDC é subjetivo e, por isso, deve ser usado excepcionalmente

Copa não entra no limite das dívidas

Estados e cidades-sede não dispunham de recursos à mão para as obras de porte que prometeram para a Copa. A solução foi recorrer a empréstimos do BNDES e da Caixa, que abriram generosos créditos para obras do Mundial.

Essa disposição, porém, esbarrou nos limite de endividamento de estados e municípios, definido pela Resolução 43/2001 do Senado. O que era problema deixou de ser: os senadores alteraram a regra, em 2010, excluindo os financiamentos destinados a obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 dos limites para contratação de empréstimos.

De acordo com a Resolução 43, o montante das operações realizadas em um ano não pode ultrapassar 16% da **receita corrente líquida (RCL)**. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da **dívida consolidada** também não deve ser superior a 11,05% da RCL.

De acordo com o Portal da Transparência, da Controladoria-Geral da União (CGU), foram contratados R\$ 9,9 bilhões em empréstimos pelas cidades-sede dos jogos junto à Caixa e ao BNDES. Até março, já haviam sido liberados R\$ 7,61 bilhões, a maior parte para estádios (R\$ 4,1 bilhões) e mobilidade

urbana (R\$ 2,9 bilhões). O restante foi destinado ao desenvolvimento do turismo. Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte foram as capitais de estados que mais recorreram a financiamento, com R\$ 1,65 bilhão, R\$ 1,56 bilhão e R\$ 1,127 bilhão, respectivamente.

Porém, muitas obras, principalmente de mobilidade urbana, não ficarão prontas a tempo de servir à Copa e foram retiradas da *Matriz de Responsabilidades*. Assim, seus financiamentos voltariam a contar nos limites de endividamento. Para que isso não acontecesse, o Senado, mais uma vez, alterou a resolução de 2001: no ano passado, aprovou nova medida (Resolução 3/2013) para que esses projetos de infraestrutura continuem fora dos limites para operação de crédito até a sua conclusão,

Receita corrente líquida — É o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes, menos as deduções.

Dívida consolidada — É aquela com prazo de mais de um ano para pagar. Compõe-se basicamente de contratos de financiamentos, ou seja, empréstimos do estado junto a bancos nacionais ou estrangeiros.



O senador Romero Jucá foi o autor do projeto que permitiu empréstimos para obras feitas para a Copa e as Olimpíadas

ainda que fora da *Matriz de Responsabilidades* da Copa. O dia 30 de junho de 2014 é o último prazo para o início das obras com essa excepcionalidade.

O autor da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), argumentou que é impróprio que um financiamento regular no momento do contrato deixe de sê-lo por essa situação. (JP)

Corredor de ônibus em Belo Horizonte: prefeitura só pôde pegar empréstimo da Caixa por se tratar de obra para a Copa





Manifestações ficam fora de projeto de Lei Antiterror

SYLVIO GUEDES

As manifestações de junho de 2013, que misturavam reivindicações nas áreas de transporte, saúde e segurança com críticas aos gastos com a Copa do Mundo, já haviam ligado o sinal de alerta. E, em fevereiro deste ano, a morte do cinegrafista Santiago Andrade, da TV Bandeirantes, atingido por um rojão quando fazia a cobertura de uma manifestação no Rio de Janeiro, acendeu o debate em torno de medidas que possam conter os atos de vandalismo misturados aos protestos, em especial praticados por grupos *black blocs*, cuja ação se caracteriza pela violência e pelo rosto coberto para evitar identificação.

Um projeto que busca defi-

nir na legislação penal o crime de terrorismo (PLS 499/2013) chegou a ser colocado em pauta durante algumas sessões do Senado este ano, porém, sem acordo entre as lideranças partidárias, não chegou a ser votado. O presidente do Senado, Renan Calheiros, incumbiu o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) de elaborar um texto alternativo ao que está tramitando (apresentado pela comissão mista especial), para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes do Plenário.

Eunício diz ter visto uma distorção na interpretação da matéria e, por isso, pretende apresentar uma proposta que classifica o ato terrorista com base nos tratados internacionais assinados pelo

Brasil. “O substitutivo trata do terrorismo clássico. Não tem nada a ver com confusão de rua, greve,



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Eunício Oliveira tem a tarefa de elaborar proposta que limite alcance de novas regras ao terrorismo



Manifestantes contra a Copa em frente ao estádio de Brasília: relator afirma que protestos não serão enquadrados em nova lei

MARCELLO CASAL JR./ABR

passata. Já tem lei para baderna”, explicou o senador.

O texto original tipifica como terrorismo o ato de provocar ou incitar terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade de pessoa. O projeto original prevê penas de até 30 anos de prisão para quem praticar terrorismo diretamente ou estiver envolvido com grupos que praticam o terror.

A Constituição já classifica o terrorismo como crime inafiançável. Mas não há uma conduta tipificada no Código Penal ou em outra legislação. Um artigo sobre o assunto foi incluído na Lei de Segurança Nacional — criada ainda à época da ditadura militar —, prevendo prisão de três a dez anos.

O principal empecilho à votação do PLS 499/2013 foi a avaliação, dominante entre os senadores, de que a proposta precisava ser

modificada para evitar que manifestações de movimentos sociais viessem a ser enquadradas como atos de terrorismo. Treze emendas foram apresentadas, entre elas a do senador Pedro Taques (PDT-MT), para quem o projeto é uma ferramenta para “abafar” protestos sociais.

“Nada mais se pretende que os atos terroristas sejam tratados como atos terroristas e que reivindicações legítimas sejam tratadas como reivindicações legítimas. Sem a ressalva, corremos o risco de calar a sociedade brasileira, que cada vez mais se organiza para exigir seus direitos de forma democrática”, ressaltou.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), sob o pretexto de condenar a morte do cinegrafista, estão querendo acabar com o direito das pessoas de se manifestarem. “Não foi um atentado contra a imprensa. Podia ter sido uma policial ou um manifestante [a morrer]”, avaliou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) classificou o texto como o AI-5 da Copa, em alusão ao Ato Institucional 5, editado em 13 de dezembro de 1968, durante o regime militar, que tirou importantes direitos do cidadão brasileiro. Na opinião do senador, o objetivo do projeto é criminalizar as manifestações populares.

“Não precisamos de uma lei antiterrorismo. O direito de manifestação tem que ser preservado”, afirmou.

Segurança pública

A presidente Dilma Rousseff já anunciou que pretende recorrer a todas as organizações envolvidas com a segurança pública durante a Copa do Mundo. “Planejamos medidas que vão reforçar a segurança nos estados-sede. O governo está em sintonia com os estados para que possamos atuar de forma conjunta e padronizada. Polícia Federal, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal estão prontas e orientadas para agir dentro de suas competências e, quando for necessário, mobilizaremos também as Forças Armadas”, afirmou. A cargo de tropas do Exército ficaria a segurança dos representantes da



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Roberto Requião pede que condenação a morte de cinegrafista não sirva como pretexto para cercear direito de protestar

Fifa, de chefes de Estado e das 32 seleções, enquanto a Polícia Federal teria a missão de monitorar os protestos.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), quando ainda era ministra da Casa Civil, disse, em janeiro, que o governo está preparado para garantir a segurança e a ordem durante a Copa do Mundo. “Nós já temos a previsão de investimento de R\$ 1,1 bilhão em equipamentos de segurança. Isso fica de legado. São centros de comando e controle integrados, são carros, equipamentos não letais, a capacitação dos profissionais de segurança. Temos 10 mil homens mobilizados da Força Nacional de Segurança, prontos para atuar caso seja necessário, apoiando a polícia militar e polícia civil dos estados, para que a gente possa ter uma Copa pacífica e ordenada.”



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO

Na opinião de Randolfe Rodrigues, o projeto tem como objetivo criminalizar manifestações populares

LÍIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO



Um quinto das crianças inscritas no Cadastro Nacional de Adoção tem algum problema sério de saúde



Novo incentivo à adoção

Sancionada lei que dá prioridade de tramitação aos processos envolvendo crianças com deficiência ou doença crônica

SYLVIO GUEDES

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em 6 de fevereiro deste ano, a Lei 12.955, que estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que a criança ou o adolescente tenha deficiência ou doença crônica. O projeto foi aprovado em dezembro do ano passado no Senado.

A medida foi uma das propostas discutidas durante audiências públicas realizadas no Senado, registradas na edição 15, de maio de 2013. De acordo com o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), das 5.440 crianças aptas em meados de março, 22,57% tinham algum problema de saúde.

A lei acrescenta ao Artigo 47 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) o parágrafo nono, que determina prioridade de tramitação

aos processos de adoção “em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica”. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem se mostrado favorável a que essas causas judiciais tenham prioridade de tramitação.

Para autora do projeto que deu origem à lei, a deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), a intenção é acelerar o andamento dos processos nos quais o adotado se encontra em uma dessas condições. Isso não significa, segundo ela, ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos.

O processo de adoção no Brasil leva, em média, um ano. No entanto, pode durar bem mais se o perfil apresentado pelo adotante para a criança for muito diferente do disponível no cadastro, como mostrou **Em Discussão!** no ano passado. Por exemplo, mais de 80% dos meninos e meninas que aguardam um

novo lar têm 9 anos ou mais, mas quase 97% dos interessados preferem receber crianças abaixo dessa idade.

Relator do projeto na Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (PT-RS) estimou que 10% das cerca de 80 mil crianças que vivem em abrigos têm alguma deficiência ou sofrem de doenças crônicas.

— Sua própria condição faz com que se afastem do perfil buscado pela imensa maioria dos candidatos a pais e mães adotivos: meninas recém-nascidas, sem irmãos, brancas e saudáveis. Quem tem esse gesto nobre, quem adota uma criança com algum tipo de deficiência, com certeza, terá que ter, como diz a lei, prioridade absoluta na tramitação — acrescentou o parlamentar.

No final de março, entrou em vigor resolução do CNJ que permite que estrangeiros ou brasileiros residentes no exterior sejam incluídos no CNA, com o intuito de aumentar as adoções de crianças mais velhas e de grupos de irmãos.

Senador Paulo Paim, relator do projeto na CDH, relatou a existência de 8 mil crianças em abrigos com alguma deficiência ou doença crônica



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Espionagem cibernética

Senado investiga, em CPI, as ameaças e os ataques ao livre trânsito de informações na sociedade digital. Trabalho deve oferecer sugestões para aperfeiçoar legislação

As chamadas tecnologias de informação e comunicação trouxeram o mundo para uma nova realidade, onde o livre e rápido trânsito das informações é a marca. Toda essa inovação, da qual a sociedade se tornou dependente, cobra hoje um alto preço: países, empresas e até mesmo pessoas precisam cada vez mais investir em segurança cibernética, para proteger dados e informações que circulam no ambiente virtual.

Nos últimos anos, uma série de ameaças e ataques no ambiente cibernético mostrou aos governos e às organizações transnacionais que é preciso agir depressa, de modo que assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade da informação é essencial para a formulação de estratégias e para o processo decisório. Para muitos, esse é o grande desafio estratégico do século.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Vanessa Grazziotin, presidente da CPI, diz que questão vai além da defesa do Estado, pois envolve a privacidade das pessoas

Em setembro de 2013, o Senado instalou uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar e-mails e dados digitais, além de ligações telefônicas. O esquema veio à tona a partir de denúncias do ex-analista de inteligência norte-americano Edward Snowden.

Trabalho da CPI

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Pedro Taques (PDT-MT) foram eleitos presidente e vice da CPI. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é o relator. Quando a comissão já estava instalada, surgiu nova denúncia, agora de que tais escutas teriam chegado até os altos escalões do governo brasileiro.

A CPI, que realizou quase duas dezenas de reuniões e audiências públicas, enfrentou o desafio de propor medidas para que o Estado brasileiro tenha ferramentas eficazes para proteger o espaço cibernético e, por extensão, a própria sociedade.

“A questão vai muito além das comunicações, pois se trata da própria defesa do Estado, trata-se da privacidade das pessoas, trata-se do processo de desenvolvimento, do processo de paz, de tudo, absolutamente tudo”, definiu Vanessa.

Para Ferraço, conter a violação aos direitos



ALESSANDRO DANTAS/AGÊNCIA SENADO

Ricardo Ferraço pretende elaborar relatório utilizando diálogos com especialistas da União Europeia e do Mercosul

individuais é um grande desafio da civilização moderna, por isso ele está trabalhando em sintonia com uma comissão idêntica criada no Parlamento Europeu. O relatório, adiantou o senador, deverá estar em simetria com as medidas e sugestões feitas na Europa e vai incluir diálogos com parlamentares do Mercosul. (SG)

O Senado realizou mais de 20 reuniões especificamente para tratar da Copa do Mundo de 2014.

Uma subcomissão da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) discutiu a Lei Geral da Copa e teve o turismo como foco.

- <http://bit.ly/1lrWIHP>

Já subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) teve foco no controle das obras que receberam recursos públicos e visitou grande parte dos estádios da Copa.

- <http://bit.ly/1jfOz0W>

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizou seminários sobre a Copa em que também se preocupou com os benefícios para o Brasil e para o desporto nacional.

- <http://bit.ly/1gKiGhJ>

Outros documentos usados nesta edição:

- *5º Balanço das Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014*, do Ministério do Esporte (2013). <http://bit.ly/1jDVpQE>
- *Aerportos no Brasil: investimentos recentes, perspectivas e preocupações*, de Carlos Alvares da Silva Campos Neto e Frederico Hartmann de Souza, Ipea (2011). <http://bit.ly/1mbjdIL>
- *Copa do Mundo Fifa 2014: da subestimação ao superfaturamento? A evolução dos preços dos estádios de 2007 a 2011*, de Alexandre Sidnei Guimarães (2011). <http://bit.ly/1hENSdv>
- *Brasil Sustentável. Impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014*, da consultoria Ernst & Young e Fundação Getulio Vargas (2010). <http://bit.ly/1kcgMoA>
- *Does the World Cup Get the Economic Ball Rolling? Assessing the impact of the World Cup of Soccer on host countries' economies*, de John S. Irons (2006). <http://bit.ly/1jfSZVH>
- *Impactos Econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas*, de Marcelo Weishaupt Proni e Leonardo Oliveira da Silva, da Unicamp (2012). <http://bit.ly/1pjCuKa>
- *Impactos Econômicos da Realização da Copa 2014 no Brasil*, do Ministério do Esporte (2010). <http://bit.ly/1i1LcrE>
- *Infraestrutura de Transportes em Grandes Eventos Esportivos: Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil*, da Consultoria Legislativa do Senado — Conleg (2010). <http://bit.ly/1dUGTMv>
- *Infraestruturas nas Copas do Mundo da Alemanha, África do Sul e Brasil*, de Regina Meyer Branski, Elisa Eroles Freire Nunes, Sérgio Adriano Loureiro e Orlan-

do Fontes Lima Jr., da Unicamp (2013). <http://bit.ly/1hEOM37>

- *Legados de Megaeventos Esportivos*, de Rejane Penna Rodrigues, Leila Mirtes Magalhães Pinto, Rodrigo Terra e Lamartine Pereira da Costa, do Ministério do Esporte (2008). <http://bit.ly/1rLJEZM>
- *O Regime Diferenciado de Contratações Públicas: comentários à Lei 12.462, de 2011*, da Conleg (2011). <http://bit.ly/1jDWE2p>
- *O TCU e a Copa do Mundo de 2014*, do TCU (2013). <http://bit.ly/1ftumjL>
- *Os Impactos e Legados Nefastos dos Megaeventos Esportivos no Brasil: Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos 2016*, de Fábio Fonseca Figueiredo, Elaine Carvalho de Lima e Marcelo Augusto Pontes de Araújo, da UFRN (2013). <http://bit.ly/1hEU4C9>
- *Percepções Urbanas em Jogo: os impactos da Copa do Mundo de 1950 à luz da imprensa carioca*, de Erick Silva Omena de Melo (2011). <http://bit.ly/1pjzn4I>
- Pesquisa DataSenado sobre a Lei Geral da Copa: <http://bit.ly/1dUDNrS>
- *Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras Relacionadas aos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007*, do TCU (2008). <http://bit.ly/1laM14i>
- *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2011 — beyond the downturn*, do Fórum Econômico Mundial. <http://bit.ly/1dudf4JR>



COPA DO MUNDO



Grandes temas nacionais

em discussão

A cada edição, a cobertura completa de um assunto debatido no Senado Federal que afeta a vida de milhões de brasileiros. Leia esta e as demais edições também em www.senado.leg.br/emdiscussao



FINANCIAMENTO DA SAÚDE



MOBILIDADE URBANA



TERRAS-RARAS



DÍVIDA PÚBLICA



ADOÇÃO



EDUCAÇÃO PÚBLICA



TRÂNSITO DE MOTOS



INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



RIO+20



DEFESA NACIONAL



NOVO CÓDIGO FLORESTAL

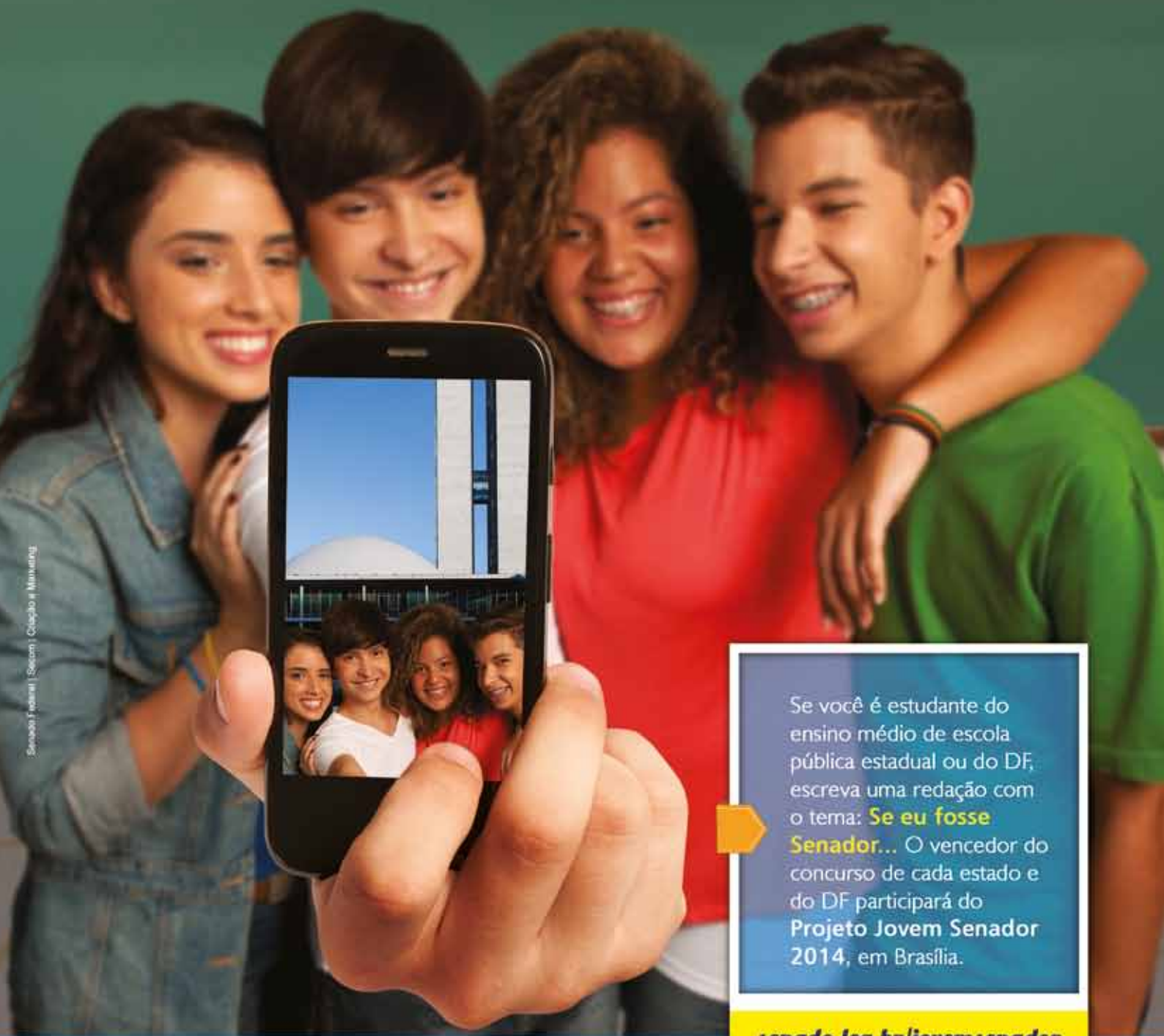


DEPENDÊNCIA QUÍMICA



Se eu fosse Senador...

Participe do Concurso de Redação e seja um Jovem Senador





Se você é estudante do ensino médio de escola pública estadual ou do DF, escreva uma redação com o tema: **Se eu fosse Senador...** O vencedor do concurso de cada estado e do DF participará do Projeto Jovem Senador 2014, em Brasília.

senado.leg.br/jovensenador



 Jovensenador

 @jovensenador

 Jovem Senador

Alô Senado: 0800-612211

Parceria:



Ministério da
Educação



Realização:

SENADO
FEDERAL

